



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021 FG/SRP

PREÂMBULO

O município de Crateús - CE, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, devidamente nomeados pela Portaria nº 012.01.02/2021 de 01 de fevereiro de 2021, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO nº 007/2021 FG/SRP, do tipo Menor Preço por lote com fornecimento de forma parcelada, nos termos do Decreto 10.024 de 20 de Setembro de 2019, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 alterado pelo Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018, Lei Federal Nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e do Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002) e as exigências estabelecidas neste Edital.

CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO REFERENTE A HABILITAÇÃO A PARTIR DO DIA 12/05/2021 ATÉ 24/05/2021 ÀS 11H00MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA) NO SITE BLL.ORG.BR.

ABERTURA DAS PROPOSTAS 24/05/2021 ÀS 13H00MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: ÀS 14H00MIN DO DIA 24/05/2021.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

Para todas as referências de tempo será observado o horário local.

Objeto:	SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRÁULICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CRATEÚS - CE.
Critério de Julgamento:	Menor Preço por Lote
Modalidade de Licitação:	PREGÃO ELETRÔNICO.
Secretarias interessadas:	Secretaria Municipal da Saúde; Secretaria Municipal da Educação; Secretaria Municipal da Assistência Social; Secretaria Municipal do Meio Ambiente; Secretaria Municipal da Infraestrutura; Secretaria Municipal do Planejamento e Gestão das Finanças.

Compõem-se o presente Edital das partes A e B, conforme a seguir apresentadas:

PARTE A – Condições para competição, julgamento e adjudicação. Em que são estabelecidos os requisitos e as condições para competição, julgamento e formalização do contrato.

FÁBIO GOMES OLIVEIRA
PREGOEIRO
CPF: 027.066.703-20
Portaria Nº 015.01.01/2021

PARTE B – ANEXOS

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;
- Anexo III – Termo de Adesão BLL;
- Anexo IV – Custo pela utilização do sistema
- Anexo V – Modelos de declarações
- Anexo VI - Minuta de Contrato;
- Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRÁULICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CRATEÚS – CE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas abaixo:

1.1.2. A licitação será dividida por lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

1.1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por lote**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS:

2.1. O Sistema de Registro de Preços independe de previsão orçamentária. Isso porque não há obrigatoriedade da contratação, portanto não há necessidade de se demonstrar a existência de recurso.

2.2. Com base no art. 7º, § 2º do Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, preceitua: “*Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil*”.

2.3. As despesas do exercício subsequente correrão à conta da dotação consignada para esta atividade, ficando adstritas ao respectivo crédito orçamentário.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

3.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

3.3. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

3.4. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil.

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil.

c) Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do Pregoeiro no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante. "A empresa participante do certame não deve ser identificada". Decreto 10.024 de 20 de Setembro de 2019, art. 30 § 5º.

3.5. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

3.6. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo V para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

CRENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES:

4.2. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 3.4 "a", operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

4.3. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar,

por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.4. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.5. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.

4.6. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.7. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO:

4.8. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido.

4.9. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

4.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.11. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.12. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física (quando for o caso) e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006. *(Explicação: Nos termos do art. 3º, §3º da Lei n. 8.248/1991, a aquisição de bens e serviços de informática e automação, considerados como bens e serviços comuns, poderá ser realizada na modalidade pregão, restrita às empresas que cumpram o Processo Produtivo Básico).*

4.13. Não poderá participar empresa declarada inidônea ou cumprindo pena de suspensão, que lhes tenham sido aplicadas, por força da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

a) Pessoas jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas por ato do poder público ou que estejam impedidas de licitar, ou contratar com a administração pública, ou com qualquer de seus órgãos descentralizados, quais sejam:

I. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

II. Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON;

III. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

FÁBIO GOMES OLIVEIRA
PREGOEIRO
CPF: 027.056.703-20
Portaria Nº 015.01.01/2021

IV. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

- b) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
- c) Estejam sob falência, recuperação judicial e extrajudicial, dissolução ou liquidação, fusão, cisão ou de incorporação;
- d) Reunidos sob forma de consórcio;

I - A vedação à participações de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações para fornecimento/serviços comuns, é bastante corriqueiro a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital e ainda não teriam as condições necessárias a execução do objeto individualmente. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

II - Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 8.666/93, que em seu Art. 33 que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

III - Ressalte-se que a decisão com relação à vedação à participação de consórcios, expressa no item 4.13 alínea “d” deste edital, para o caso concreto em análise, visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam fornecer/prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/carteis para manipular os preços nas licitações.

- e) Mantendo qualquer tipo de vínculo profissional com servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- f) Autor do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica isoladamente ou em consórcio, sejam responsáveis pela elaboração do projeto básico, ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsáveis técnicos ou subcontratados;
- g) De empresas cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma firma licitante;
- h) Que seja sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- i) De licitantes que estiverem enquadradas, no que couberem, ao disposto no artigo 9º, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores atualizações;
- j) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.14. Para averiguação do disposto contido no item “4.13. a)” acima, as licitantes apresentarão junto aos documentos exigido na habilitação, consulta impressa através da Consulta Consolidada da Pessoa Jurídica, emitido via internet no sítio do <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, para

comprovação ou não se a empresa sofre sanção da qual decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública. Ou tal consulta poderá ser realizada pela Equipe do Pregão, quanto da análise dos documentos de habilitação.

4.15. Não poderá participar empresa que não explore ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

4.16. Quando um(a) dos(as) sócio(a)s representantes ou responsável(eis) técnicos(as) da licitante participar de mais de uma empresa especializada no objeto desta Licitação, somente uma delas poderá participar do certame licitatório. Caso não seja feita a escolha pelo sócio representante ou responsável técnico ambas serão excluídas do certame.

4.17. É vedado ao servidor dos órgãos e/ou entidades da Administração Pública Municipal de Crateús - Ce, Autarquias, Empresas Públicas ou Fundações, instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal de Crateús - Ce, participar como licitante, direta ou indiretamente por si, por interposta pessoa, dos procedimentos desta Licitação;

4.18. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou através da Bolsa de Licitações do Brasil ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006 e suas alterações posteriores.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e valor total do item, bem como valor total do lote;

6.1.2. Marca;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. O licitante deverá declarar, para cada lote, em campo próprio do sistema BLL, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre Ao Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo menor valor por lote.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço por lote**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.26. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.27. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.28.1. no país;

7.28.2. por empresas brasileiras;

7.28.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, Ao Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. Havendo a necessidade de envio de documentos referentes a proposta, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.6.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1.1. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for

8.7. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional.

8.8. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.8.1. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções

impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.4.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.5. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.6. OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CONSISTIRÃO EM:

9.6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.6.1.1. Cópia de Cédula de Identidade e CPF do Sócio (s) da empresa;

9.6.1.2. **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa pessoa física, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

9.6.1.3. **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

9.6.1.4. **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro

no Cartório de registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

9.6.1.5. **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.6.1.6. **CERTIFICADO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (CCMEI)**, tipo empresarial que se equipara ao empresário individual, conforme Lei Complementar nº 128/2008, devidamente disponibilizada integralmente em ambiente virtual, por meio do sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

OBS: Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.6.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.6.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.6.2.2 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.6.2.3 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.

a) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão de regularidade de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), emitidas pela Receita Federal do Brasil na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;

b) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

c) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal.

9.6.2.4. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação – CRS e;

9.6.2.5. Prova de situação regular perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme Lei 12.440/2011.

9.6.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.6.3.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitido em papel timbrado do órgão emissor, de modo a comprovar que a licitante está fornecendo ou já forneceu os bens do objeto deste edital, bem como prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo nome e cargo exercido na entidade, estando às informações sujeitas à conferência pelo Pregoeiro ou quem este indicar. Os atestados deverão estar necessariamente em nome da licitante.

9.6.3.2. No atestado de capacidade técnica deverá estar descrito expressamente os itens cuja entrega foi realizada, sendo estes compatíveis com o Termo de Referência, conforme o caso

9.6.3.3. Poderá, facultativamente, vir acompanhado junto ao atestado de capacidade técnica para comprovação ao que dispõe o item 9.6.3.1, instrumento de termo contratual ou de nota fiscal respectiva ao qual o atestado faz vinculação;


FÁBIO GOMES OLIVEIRA
PREGOEIRO
CPF: 027.066.703-20
Portaria Nº 015.01.01/2021

9.6.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.6.4.1. **Balço patrimonial e demonstrações contábeis (DRE) do último exercício fiscal**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado na junta comercial da sede da licitante, acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial - constando ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acha transcrito, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá de assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado, devidamente assinado pelo contador responsável, sendo vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.6.4.1.1. Serão considerados como na forma da Lei, o Balço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

a) **Sociedades empresariais em geral:** Balço patrimonial e demonstrações contábeis (DRE) do último exercício fiscal registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, acompanhados de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído.

b) **Sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº. 6.404/76:** registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia; ou, ainda, em jornal de grande circulação editado na localidade em que está a sede da companhia;

c) **Sociedades simples:** registrados no Registro Civil das Pessoas jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias.

d) **As empresas constituídas á menos de um ano:** deverão apresentar demonstrativo do Balço de Abertura, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial do domicílio da Licitante, acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial assinado pelo sócio-gerente ou diretor e pelo contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

9.6.4.2. Entende-se que a expressão "**na forma da lei**" constante no item 9.6.4.1, no mínimo: balanço patrimonial e DRE, registro na Junta Comercial ou órgão competente, termos de abertura e encerramento).

9.6.4.3. As cópias deverão ser originárias do Livro Diário devidamente formalizado e registrado.

9.6.4.4. A empresa optante pelo *Sistema Público de Escrituração Digital - SPED* poderá apresentá-lo na "**forma da lei**".

9.6.4.5. Entende-se que a expressão "**na forma da lei**" constante no item 9.6.4.4. engloba, no mínimo:

a) Balço Patrimonial;

b) DRE - Demonstração do Resultado do Exercício;

c) Termos de abertura e de encerramento;

d) Recibo de entrega de escrituração contábil digital (*Para efeito o que determina o Art. 2º do Decreto Nº 9.555, de 6 de novembro de 2018*);

OBS: *A autenticação de livros contábeis das pessoas jurídicas não sujeitas ao Registro do Comércio, poderá ser feita pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped, instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, por meio da apresentação de escrituração contábil*

digital, na forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda. (Art. 1º do Decreto Nº 9.555, de 6 de novembro de 2018).

9.6.4.6. As cópias deverão ser originárias do Livro Diário constante do SPED.

9.6.4.7. A Escrituração Digital deverá estar de acordo com as Instruções Normativas (RFB nº 1420/2013 e RFB nº 1594) que tratam do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. Para maiores informações, verificar o site www.receita.gov.br, no link SPED. Ficando a exigência de apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício social, a ser apresentado no prazo que determina o art. 5º das Instruções Normativas da RFB, bem como o que determina a Jurisprudência no Acórdão TCU nº 2.669/2013 de relatoria do Ministro Valmir Campelo.

9.6.4.8. Se necessária a atualização do balanço, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

9.6.4.9. Apresentar **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade;

9.6.4.10. Fica dispensado da apresentação das exigências previstas nos itens 9.6.4.1 a 9.6.4.7 deste tópico a figura do Microempreendedor Individual (MEI), devendo comprovar e apresentar as demais exigências.

9.6.5. OUTRAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO:

a) Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;

b) Declaração de conhecimento de todos os parâmetros e elementos da discriminação dos produtos a serem ofertados e que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste edital, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;

c) Declaração expressa de integral concordância com os termos deste edital e seus anexos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;

d) Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante dos Anexos deste edital (art.32, §2º, da Lei n.º 8.666/93);

e) Caso não seja declarado o prazo de validade da certidão, será considerada apenas a que tiver sido emitida no máximo até 30 (trinta) dias antes da data de início da disputa.

9.6.5.1. Se o licitante for a MATRIZ, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se for a FILIAL, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.6.5.2. Caso o licitante pretenda que uma de suas filiais/matriz que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos.

9.6.6. OBSERVAÇÕES - DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) e os microempreendedores individuais (MEI);

9.6.6.1. Nos termos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06, as MEI, ME e EPP, deverão apresentar toda a documentação exigida no Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição com relação à regularidade fiscal e trabalhista:

a) Havendo alguma restrição com relação à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado as MEI, ME e EPP o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro, nos termos do § 1º, art. 43, do mesmo dispositivo na Lei Complementar nº. 123/2006, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 30 (trinta minutos), para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11.5. DA FORMALIZAÇÃO DO RECURSO ADMINISTRATIVO (MEMÓRIAS RECURSAIS):

11.5.1. Somente serão aceitas as objeções mediante petição confeccionada em máquina datilográfica ou impressora eletrônica, em tinta não lavável, que preenchem os seguintes requisitos:

a) O endereçamento ao Pregoeiro Oficial da Prefeitura de Crateús - Ce;

b) A identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada, assinada dentro do prazo editalício;

c) O fato, o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens contra razoados;

d) O pedido, com suas especificações.

11.6. Os recursos interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

11.7. A falta de interposição de recurso importará a decadência do direito de recurso e o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

11.8. Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro quando mantiver sua decisão, encaminhará os autos devidamente fundamentado à autoridade competente. (Art. 13, IV do Decreto Federal nº. 10.024/2019).

11.9. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

11.11. O acesso à fase de manifestação da intenção de recurso será assegurado aos licitantes.

11.12. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

11.13. Os memoriais deverão estar devidamente assinados por representante legalmente habilitado. Não serão admitidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela Licitante.

11.14. A decisão em grau de recurso será definitiva, e dela dar-se-á conhecimento as licitantes, no endereço eletrônico <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/> - Portal de Licitações dos Municípios do Estado do Ceará, bem como no flanelógrafo do município, e ainda no campo próprio do sistema promotor. Podendo ainda ser encaminhado no endereço de e-mail, quando informado pelo recorrente na peça recursal.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1- As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas mediante lavratura da respectiva ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, subscrita pelo Município, através da Secretaria Gestora, representada pela Secretária Ordenadora de Despesa, e o (s) licitante (s) vencedor (es), que observará os termos da Lei n.º 8.666/93, da Lei n.º 10.520/02, deste edital e demais normas pertinentes.

14.1.1- Integra o presente instrumento o modelo da Ata de Registro de Preços a ser celebrada.

14.1.2- Os licitantes além das obrigações resultantes da observância da Legislação aplicável deverão obedecer às disposições elencadas na Ata de Registro de Preços anexa a este edital.

14.2- Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de Crateús convocará o licitante vencedor para assinatura da Ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para futura contratação entre as partes, pelo prazo previsto, nos termos do modelo que integra este Edital.

14.2.1- O Licitante Vencedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para subscrever a Ata de Registro de Preços. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante Vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra justo motivo aceito pelo Município de Crateús.

14.2.2- A recusa injustificada ou a carência de justo motivo da vencedora de não formalizar a Ata de Registro de Preços, no prazo estabelecido, sujeitará a Licitante à aplicação das penalidades previstas neste Edital.

14.2.3- Se o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido é facultado à administração municipal convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação final das Cartas Propostas, para negociar com os mesmos, com vistas à obtenção de melhores preços, preservado o interesse público e respeitados os valores estimados para a contratação previstos na planilha de custos anexa ao Projeto Básico.

14.2.4- Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizados de acordo como o estabelecido na Minuta do Termo de Contrato e ainda com o recebimento da ordem de compra dos produtos e da nota de empenho pela detentora.

14.2.4.1- A Nota de Empenho será encaminhada ao 1º classificado para cada item da Ata de Registro de Preços, quando da necessidade do fornecimento dos produtos.

14.2.4.2- A contratação formalizar-se-á mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços e Termo de Contrato.

14.3- Incumbirá à administração providenciar a publicação do extrato da Ata de Registro de Preços nos quadros de aviso dos órgãos públicos municipais, na forma prevista na Lei Orgânica Municipal. O mesmo procedimento se adotará com relação aos possíveis termos aditivos.

14.4- A Ata de Registro de Preços só poderá ser alterada em conformidade com o disposto nos artigos, 57, 58 e 65 da Lei n.º 8.666/93.

14.5- A Ata de Registro de Preços produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir data de sua assinatura e vigerá PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.

14.6- A Ata de Registro de Preços não obriga o Município a firmar qualquer contratação, nem ao menos nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para os produtos do (s) objetos (s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência do fornecimento dos itens, em igualdade de condições.

14.7- O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando o Município optar pela contratação do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.

14.8- O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados no quadro de avisos da Comissão de Licitação da Prefeitura de Crateús e ficarão à disposição durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

14.9- O Município monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

14.10- O Município convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

14.11- Antes de receber o pedido de fornecimento dos itens e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes, que não pode cumprir as obrigações

assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, por fato superveniente.

14.12- Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da Carta Proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

14.13- Para efeito de definição do preço de mercado serão considerados os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Município para determinado item.

14.14- Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, o Município poderá convocar os demais fornecedores classificados para formalizarem o Registro de seus Preços, nas mesmas condições do 1º colocado ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.

15. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

15.1. O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá a Secretaria da Saúde a ser designada quando da assinatura da ata de registro de preços, competindo-lhe:

- a) efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos e das especificações dos produtos registrados;
- b) notificar o fornecedor registrado via e-mail ou telefone, para retirada da nota de empenho;
- c) observar, durante a vigência da presente ata que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;
- d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- e) consultar o fornecedor registrado quanto ao interesse em fornecer os produtos a outro órgão da Administração Pública que externar a intenção de utilizar a presente Ata;
- f) coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata, bem como comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (dias) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos:

16.4. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.5. O prazo de vigência da contratação será até 31 de Dezembro de 2021.

16.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

21.2. A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução,

inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I – Advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;

b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento das obrigações da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) sobre o valor contratual total, por dia de atraso na entrega do objeto ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;

b) de 2% (dois por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

c) de 5% (cinco por cento) do valor contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer produto rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Crateús prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

21.3. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 5 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 21.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

21.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

21.5. As sanções previstas nos incisos III e IV do item 21.2 supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

I – Praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

II – Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;

III – sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

21.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 21.2 supra poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

21.7. A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do


FÁBIO GOMES OLIVEIRA
PREGOEIRO
CPF: 027.096.703-20
Portaria Nº 015.01.01/2021

prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

21.8. As sanções previstas no item 21.2 supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica na plataforma BLL ou pelo e-mail da comissão de licitação pmcllicit@gmail.com.

22.3. Caberá o Pregoeiro, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.


FÁBIO GOMES OLIVEIRA
PREGOEIRO
CPF. 027.066.703-20
Portaria Nº 015-91.01/2021



23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

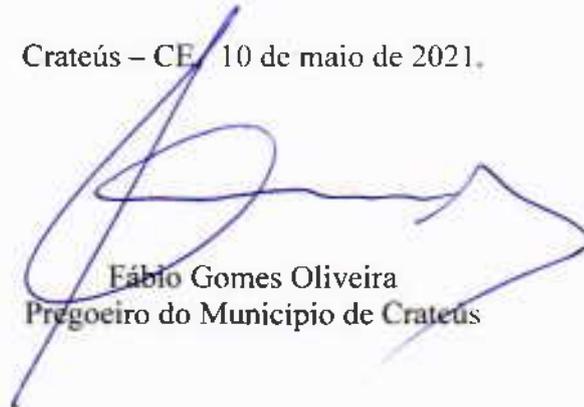
23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico WWW.BLL.ORG.BR, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Crateús – CE, 10 de maio de 2021.



Fábio Gomes Oliveira
Pregoeiro do Município de Crateús



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I AS AUTORIZAÇÕES - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

1 – OBJETO:

1.1 - SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRÁULICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CRATEÚS – CE.

2- UNIDADE ADMINISTRATIVA

- 2.1. Secretaria Municipal da Saúde;
- 2.2. Secretaria Municipal da Educação;
- 2.3. Secretaria Municipal da Assistência Social;
- 2.4. Secretaria Municipal do Meio Ambiente;
- 2.5. Secretaria Municipal da Infraestrutura;
- 2.6. Secretaria Municipal do Planejamento e Gestão das Finanças.

3 – MODALIDADE DA LICITAÇÃO

- 3.1. Pregão Eletrônico

4 - FUNDAMENTO LEGAL:

4.1. A aquisição dos bens tem amparo legal disposto na Lei Federal Nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas, c/c os termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Lei complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, Lei Complementar 147 de 7 de Agosto de 2014, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de Setembro de 2019.

5 – JUSTIFICATIVA

5.1. DA AQUISIÇÃO

5.1.1. DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DAS FINANÇAS:

5.1.1.1. A aquisição do material de construção para eventuais reformas, reparos e adaptações na estrutura física dos bens públicos do município de Crateús, visando manter as instalações e ambientes seguros e conservados junto a Secretaria do Planejamento e Gestão das Finanças.

5.1.2. DA SECRETARIA DA SAÚDE:

5.1.2.1. Mediante a necessidade de manutenção da estrutura física e bom funcionamento de cada uma das unidades básicas, NASF, CAPS e CEGB. Desta forma, a aquisição constitui-se na alternativa mais eficiente e eficaz para a administração, pois irá propiciar as condições adequadas de trabalho aos servidores públicos e ao atendimento a população, através da Secretaria da Saúde do Município de Crateús.

5.1.3. DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

5.1.3.1. Destina-se para a realização de melhorias nas estruturas físicas internas e externas, bem como reparos do tipo reboco, pinturas, retelhamento, consertos e melhorias nas estruturas elétricas e hidráulicas, portas, janelas e portões, garantindo um ambiente seguro e confortável de trabalho para os profissionais e para as famílias/pessoas que buscam

[Handwritten signatures and marks]

atendimento/acompanhamento social.

5.1.4. DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

5.1.4.1. Mediante a necessidade desta secretaria, para ser efetuado nas melhorias das diversas ruas, praças, avenidas deste município, no sentido de proporcionar melhor segurança à população e melhores condições de trafegabilidade, para atender as necessidades da Secretaria da Infraestrutura e órgãos vinculados da Prefeitura Municipal de Crateús.

5.1.5. DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

5.1.5.1. A aquisição se justifica pela necessidade urgente de se fazer melhorias nas estruturas físicas das escolas e creches da rede pública municipal de ensino, possibilitando conforto, segurança e melhores condições de trabalho para os profissionais da educação e propiciar maiores possibilidades de sucesso escolar dos estudantes.

5.1.6. DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

5.1.6.1. A aquisição dos materiais de construção, hidráulicos e elétricos se faz necessário para utilização nos serviços de manutenção, recuperação e conservação das instalações prediais de todas as unidades pertencentes à secretaria do Meio Ambiente deste município, garantindo assim a qualidade no atendimento e conservação do patrimônio público.

5.2. DA ESCOLHA DA MODALIDADE

5.2.1. Quanto à adoção do Pregão, tem-se que é a modalidade de licitação aquisição de bens e serviços comuns, assim entendidos aqueles "cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado", conforme preceitua o art. 1º, parágrafo único da Lei nº 10.520/2002.

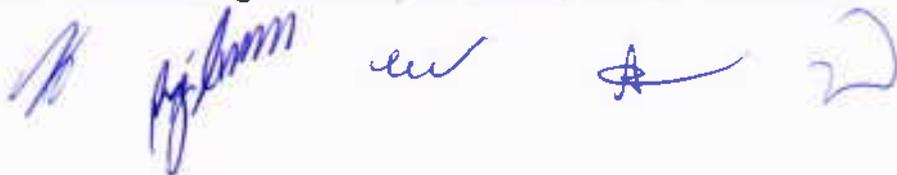
5.2.2. Os bens, objeto desta licitação, enquadram-se na categoria de bens comuns, de que trata a Lei nº 10.520/2002, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

5.2.3. Isto posto, é cabível então a utilização da licitação na modalidade Pregão, por ser a modalidade com maior celeridade entre as fases processuais, propiciando maior competitividade devido a fase de lances característica da modalidade, culminando invariavelmente para obtenção de proposta mais vantajosa e a contratação com valores conforme a realidade de mercado.

5.3. DA DIVISÃO POR LOTE

5.3.1. O não parcelamento do objeto em itens, nos termos do art 23, §1º, da Lei nº 8.666/1993, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública.

5.3.2. A licitação, para a aquisição de que trata o objeto deste Termo de Referência e seus Anexos, será dividida POR LOTE, justifica-se pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários fornecedores poderão implicar descontinuidade da padronização, bem assim em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos,



pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário. Some-se a isso a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo do fornecimento do produto, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos fornecedores.

5.3.3. Quanto a divisão e julgamento por LOTE: Justifica-se a divisão e Julgamento por LOTE, devido os itens ora licitados terem uma homogeneidade entre si, cujo mesmos possuem a mesma natureza e características, fato esse que não fere os princípios básicos das licitações e contratos quais sejam, o princípio da competitividade e igualdade, podendo os itens dispostos nesse termo de referência serem ofertados por qualquer empresa do ramo de venda de produtos.

5.4. DA ESTIMATIVA DOS ITENS

5.4.1. As estimativas das demandas para os produtos em pauta, foram elaboradas através de um estudo realizado por cada unidade gestora que levou em conta os seguintes dados:

- a) Consumo realizado nas demandas nos anos anteriores;
- b) Inexistência de contrato válido para compra dos objetos desta licitação.

5.5. DA ADOÇÃO AO REGISTRO DE PREÇOS

5.5.1. A adoção do SRP justifica-se nas hipóteses previstas nos incisos I, II, e IV do artigo 3º do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013 alterado pelo Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018, pois os bens serão adquiridos ao longo do ano, de forma parcelada e de acordo com a demanda necessária, a qual por se tratar de produtos diversos podem sofrer modificações quantitativas ao longo do ano, de maneira que não é possível definir previamente o quantitativo exato a ser adquirido.

5.5.2. As quantidades previstas no presente termo de referência são estimativas máximas, para um período da assinatura da ata, e esta administração municipal se reserva o direito de adquirir em cada item, o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou abster-se de adquirir algum item especificado. Além disso, com a utilização do SRP será racionalizado o espaço para a armazenagem dos produtos

5.6. DA NÃO EXCLUSIVIDADE PARTICIPAÇÃO DE ME E EPP

A redação do novel art. 47, da Lei Complementar no 123/06 estabelece um dever de prioridade, ou seja, nos certames públicos deflagrados há de se dar preferência à contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, independentemente de qualquer legislação específica editada pelo ente licitante.

Justifica-se a não realização de exclusividade e de cotas reservadas no presente certame, qual seja, para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte pelo fato de que, a exclusividade apesar dos itens que forem estimados, abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), e dos itens que estiverem estimados acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serem separados por cotas, poderá representar prejuízos ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado de acordo com os seguintes motivos:

O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não tem se mostrado vantajoso para a administração pública municipal, principalmente em municípios e órgãos de pequeno e médio porte. Posto que é comum em licitações para bens divisíveis que em havendo cotas, que se verifique a cotação com preços diferentes para os mesmos itens licitados em cotas diferentes.

Há casos em que os preços são divergentes cotados por empresas diferentes, de categorias tributárias diferentes, ou mesmo optantes pelo simples nacional, mas de tipos societários diferentes e há casos em que a diferença de valores cotados ocorre até para mesma empresa, sendo está ME ou EPP, quando participa dos dois lotes ou itens em cotas diferentes.

Saliente-se que tais situações podem representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, causando atrasos processuais para as adequações de preços, assim como o transtorno de ter que se lidar com dois valores distintos para o mesmo item ou lote, muitas vezes frustrando-se licitações ou contratações, por atrasos em entregas de itens ou mesmo rescisões contratuais, além da Administração não ter suas necessidades atendidas a contento.

Quanto a esses pontos a Lei Complementar no 123/06, alterada pela Lei Complementar no 147/2014, elencou no art. 49, algumas hipóteses que, se presentes no caso concreto, dispensam ou eximem a autoridade responsável pela licitação de aplicar os benefícios materiais previstos nos arts. 47 e 48. Assim, vale a máxima: 'para toda regra existe uma exceção'. Assim sendo, de conformidade com o art. 49, inciso III não se aplica os benefícios dos arts.47 e 48 quando:

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; ou,

Noutro ponto observa-se ainda a grande incidência de participação em certames licitatórios, adjudicação e contratações de microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações do Município de Crateús, em sua grande maioria, o que deverasmente garante as microempresas e empresas de pequeno porte acesso integral e irrestrito as licitações e contratações do Município de Crateús.

Outro fator importante é a garantia nos editais de licitação do Município de Crateús, do cumprimento das normas contidas nos Art's. 42 a 45 da Lei nº 123/2006 e suas alterações, especificamente no que pertine a garantia da apresentação da regularidade fiscal apenas para a assinatura do contrato e na ocorrência do empate ficto previsto nos Art's 44 e 45 da referida norma legal.

[Handwritten signatures and initials]

Não se desconhece que a razão de ser da norma é promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica (artigo 47 da LC no 123/06). Contudo, esta disposição deve ser interpretada à luz da Constituição Federal, da Lei no 8.666/93 (que estabelece normas gerais sobre licitações). A Constituição Federal prevê expressamente que no processo licitatório deve ser assegurada igualdade de condições a todos os concorrentes, ao passo que a Lei de Licitações dispõe que este se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

O que se observa é que a Lei Complementar 123/2006 visa ampliar a participação das ME/EPP nas licitações, mas não elevar a hipossuficiência econômica delas acima do interesse público. Dessa forma, é importante sopesar princípios pertinentes ao presente certame como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a "proposta mais vantajosa para a administração" conforme é vislumbrado no artigo 3º da Lei n. 8.666/93.

6. DO JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

6.1. MENOR PREÇO POR LOTE

7. DA ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS E DOS VALORES MÉDIOS

LOTE I					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QNTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	60676-BROCA AÇO RÁPIDO 8MM 9/32?- (BROCA AÇO RÁPIDO 8MM 9/32?)	UNIDADE	60	RS12,90	RS774,00
2	60677-BROCA CONCRETO 10MM 9/32?- (BROCA CONCRETO 10MM 9/32?)	UNIDADE	30	RS16,89	RS506,70
3	60680-BROCA CONCRETO 6MM - (BROCA CONCRETO 6MM)	UNIDADE	40	RS10,00	RS400,00
4	60681-BROCA CONCRETO 8MM GRANDE- (BROCA CONCRETO 8MM GRANDE)	UNIDADE	30	RS13,66	RS409,80
VALOR TOTAL DO LOTE					RS 2.090,50
LOTE II					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QNTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	60699-BUCHA REDUÇÃO PARA ESGOTO DN 50 X 40MM- (BUCHA REDUÇÃO PARA ESGOTO DN 50 X 40MM)	UNIDADE	190	RS3,20	RS608,00
2	60706-BUCHA REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL LONGA DE 40 X 25 MM- (BUCHA REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL LONGA DE 40 X 25 MM)	UNIDADE	100	RS4,01	RS401,00

[Handwritten signatures and marks]

3	60708-BUCHA REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL LONGA DE 50 X 25 MM-(BUCHA REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL LONGA DE 50 X 25 MM)	UNIDADE	100	RS7,79	RS779,00
4	60710-BUCHAS PARA FIXAÇÃO CONVENCIONAL CONFECCIONADA EM POLIAMIDA (NYLON) 10MM-(BUCHAS PARA FIXAÇÃO CONVENCIONAL CONFECCIONADA EM POLIAMIDA (NYLON) 10MM, APLICAÇÃO FÁCIL COM UTILIZAÇÃO DE UMA FURADEIRA OU MARTELETE. EXPANSÃO POR COMPRESSÃO, COM A INTRODUÇÃO DO PARAFUSO, A BUCHA TEM SUA EXPANSÃO NO FUNDO DO FURO, NÃO DANIFICANDO AS SUPERFÍCIES.)	UNIDADE	530	RS0,46	RS243,80
5	60712-BUCHAS PARA FIXAÇÃO CONVENCIONAL CONFECCIONADA EM POLIAMIDA (NYLON) 8MM-(BUCHAS PARA FIXAÇÃO CONVENCIONAL CONFECCIONADA EM POLIAMIDA (NYLON) 8MM, APLICAÇÃO FÁCIL COM UTILIZAÇÃO DE UMA FURADEIRA OU MARTELETE. EXPANSÃO POR COMPRESSÃO, COM A INTRODUÇÃO DO PARAFUSO, A BUCHA TEM SUA EXPANSÃO NO FUNDO DO FURO, NÃO DANIFICANDO AS SUPERFÍCIES.)	UNIDADE	240	RS0,33	RS79,20
6	61139-BUCHA PLÁSTICA, 10MM, COM PARAFUSO DE AÇO SEXTAVADO. - (BUCHA PLÁSTICA, 10MM, COM PARAFUSO DE AÇO SEXTAVADO)	UNIDADE	700	RS1,51	RS1.057,00
7	62623-BUCHA PLÁSTICA 08 MM COM PARAFUSO PARA VASO SANITÁRIO. (BUCHA PLÁSTICA 08 MM COM PARAFUSO PARA VASO SANITÁRIO. PARAFUSOS PARA USO SANITÁRIO, FABRICADO EM LATÃO MACIÇO E ARRUELAS DE INOX COM ARRUELA DE APOIO EM POLIETILENO PERMITINDO ÓTIMO ACABAMENTO E DURABILIDADE.)	UNIDADE	700	RS2,54	RS1.778,00
8	62627-BUCHA REDUÇÃO. PVC SOLDÁVEL CURTA DE 25 X 20 MM (BUCHA REDUÇÃO. PVC SOLDÁVEL CURTA DE 25 X 20 MM)	UNIDADE	100	RS2,49	RS249,00
9	62628-BUCHA REDUÇÃO. PVC	UNIDADE	100	RS4,01	RS401,00

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

	SOLDÁVEL CURTA DE 50 X 40 MM. (BUCHA REDUÇÃO. PVC SOLDÁVEL CURTA DE 50 X 40 MM.)				
10	65127-BUCHA PARA FIXAÇÃO CONVENCIONAL 6MM (CONFECCIONADA EM POLIAMIDA(NYLON) 6MM, APLICAÇÃO FÁCIL COM UTILIZAÇÃO DE FURADEIRA OU MARTELETE, EXPANSÃO POR COMPRESSÃO, COM A INTRODUÇÃO DO PARAFUSO.)	UNIDADE	800	RS0,36	RS288,00

VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 5.884,00

LOTE III

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QNTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	62681-CHAVE DE FENDA LONGA. TAMANHO 8. MM.X.210.CM. (CHAVE DE FENDA LONGA. CHAVE DE FENDA, MATERIAL CARBONO TEMPERADO, CABO POLIPROPILENO SIMPLES, TAMANHO 8. MM.X.210.CM.)	UNIDADE	10	RS15,75	RS157,50
2	62683-CHAVE DE FENDA MÉDIA. TAMANHO 4 MM X 150 CM. (CHAVE DE FENDA MÉDIA. CHAVE DE FENDA, MATERIAL CARBONO TEMPERADO, CABO POLIPROPILENO SIMPLES, TAMANHO 4 MM X 150 CM.)	UNIDADE	10	RS6,88	RS68,80
3	62686-CHAVE PHILIPS. 10 POLEGADAS. PONTAS MAGNETIZADAS. (CHAVE PHILIPS. FEITAS EM AÇO CROMO-VANÁDIO, 10 POLEGADAS, PONTAS MAGNETIZADAS. CABO COM FURO PARA PENDURA.)	UNIDADE	10	RS12,13	RS121,30
4	60807-CHAVE DE GRIFO 18 POLEGADAS - (CHAVE DE GRIFO 18 POLEGADAS. CHAVE AJUSTÁVEL, MATERIAL AÇO, TAMANHO 18CM. ACABAMENTO SUPERFICIAL CROMADO, TIPO GRIFO)	UNIDADE	6	RS80,88	RS485,28

VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 832,88

LOTE IV

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QNTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	35901-TINTA SPRAY P/ SUPERFICIES METALICAS 360ML (TINTA SPRAY P/ SUPERFICIES METALICAS 360ML.	UNIDADE	36	RS25,43	RS915,48

[Handwritten signatures]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

	INDICADA PARA SUPERFICIE METALICAS EXPOSTAS A TEMPERATURA EM INTERIORES E EXTERIORES. EMB 360ML EM CORES DIVERSAS.)				
2	43469-TINTA ESMALTE SINTETICO, MATERIAL A BASE DE SILICONE (TINTA ESMALTE SINTÉTICO, MATERIAL A BASE DE SILICONE, EMBALAGEM 3,6 LITROS. NA COR VERDE.)	UNIDADE	36	RS81.00	RS2.916.00
3	60969-LIQUI-BRILHO - (LIQUI-BRILHO IMPERMEABILIZANTE COM BRILHO PARA PAREDES PÓS PINTURA, TAMBÉM USADO COMO REFORÇO EM TINTAS FRACAS. EMBALAGENS: 3,6 LITROS)	LATÃO	12	RS74.13	RS889.56
4	61085-TINTA ACRÍLICA, COMPONENTES LÁTEX PVA - (TINTA ACRÍLICA, COMPONENTES LÁTEX PVA, ÁGUA, RESINA E PIGMENTOS, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO, PRAZO DE VALIDADE 36 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA, TIPO ACABAMENTO FOSCO EMBALAGEM COM 18 LITROS. NAS CORES À COMBINAR.)	LATÃO	206	RS93.88	RS19.339.28
5	61126-BISNAGA CORANTE - (BISNAGA CORANTE PARA TINTA A BASE D'ÁGUA EMBALAGEM COM 50 ML, CORES VARIADAS.)	UNIDADE	145	RS4.12	RS597.40
6	61128-TINTA ACRÍLICA PARA PISO - (TINTA ACRÍLICA PARA PISO, PRODUTO DE ALTÍSSIMA RESISTÊNCIA INDICADO PARA PINTURA DE AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS EM PISOS CIMENTADOS, TELHAS CERÂMICAS, FACHADAS, TELHAS DE FIBROCIMENTO, ÁREAS DE CIRCULAÇÃO, CALÇADAS, ESTACIONAMENTOS, QUADRAS ESPORTIVAS EMBALAGEM COM 18 LITROS. CORES VARIADAS.)	LATÃO	329	RS163.75	RS53.873.75
7	61207-TINTA EM PÓ A BASE D'ÁGUA 2 KG - (TINTA EM PÓ A BASE D'ÁGUA 2 KG)	UNIDADE	355	RS7.26	RS2.577.30
8	61060-SUPERCAL PACOTE 05 KG - (SUPERCAL PACOTE 05 KG)	UNIDADE	3532	RS7.28	RS25.712.96
9	61056-SOLVENTE 5 LITROS -	GALÃO	157	RS82.00	RS12.874.00

[Handwritten signatures and marks]

	(SOLVENTE 5 LITROS)				
10	60999-MASSA CORRIDA PVA EMBALAGEM COM 18 LITROS - (MASSA CORRIDA PVA EMBALAGEM COM 18 LITROS PARA APLICAÇÃO EM PAREDES INTERNAS DE ALVENARIA, USADO PARA NIVELAR E CORRIGIR IMPERFEIÇÕES.)	LATAO	230	RS47,25	RS10.867,50
11	68358-IMPERMEABILIZANTE VEDACIT 5L (IMPERMEABILIZANTE VEDACIT 5L)	UNIDADE	40	RS47,75	RS1.910,00
12	34143-ESMALTE SINTETICO TIPO ACABAMENTO FOSCO (ESMALTE SINTETICO TIPO ACABAMENTO FOSCO: MATERIAL A BASE DE SILICONE TIPO SINTETICO EMBALAGEM 3,6 LITROS NAS OPÇÕES NAS CORES AZUL, BRANCA, PALHA, VERDE E VERMELHO.)	GALÃO	64	RS92,13	RS5.896,32
13	61124-VERNIZ CEREJEIRA GALÃO 3,6 LTS - (VERNIZ CEREJEIRA GALÃO 3,6 LTS)	UNIDADE	170	RS93,00	RS15.810,00
14	34197-ROLO DE LA DE CARNEIRO 23CM (ROLO DE LÃ DE CARNEIRO 23CM: ROLO DE LÃ DE CARNEIRO 23CM)	UNIDADE	12	RS16,58	RS198,96
15	34255-ROLO DE ESPONJA PARA PINTURA 23 CM COM GARFO (ROLO DE ESPONJA P/ PINTURA 23CM COM GARFO: ROLO DE ESPONJA PARA PINTURA 23 CM COM GARFO)	UNIDADE	12	RS16,13	RS193,56
16	60682-BROXA NYLON RETANGULAR 18X8CM COM CABO PLÁSTICO (BROXA NYLON RETANGULAR 18X8CM COM CABO PLÁSTICO)	UNIDADE	96	RS7,01	RS672,96

VALOR TOTAL DO LOTE RS 155.245,03

LOTE V

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QNTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	61140-CABO COBRE FLEXIVEL 10MM. - (CABO COBRE FLEXIVEL 10MM. CORES VARIADAS. PEÇA COM 100 METROS)	PEÇA	56	RS975,00	RS54.600,00
2	61141-CABO COBRE FLEXIVEL 16MM. - (CABO COBRE FLEXIVEL 16MM. CORES VARIADAS. PEÇA COM 100 METROS)	PEÇA	52	RS1.634,00	RS84.968,00
3	61142-CABO COBRE FLEXIVEL	PEÇA	60	RS263,25	RS15.795,00

[Handwritten signatures and marks]

	2,5MM. - (CABO COBRE FLEXIVEL 2,5MM. CORES VARIADAS. PEÇA COM 100 METROS)				
4	61143-CABO COBRE FLEXIVEL 4,0MM. - (CABO COBRE FLEXIVEL 4,0MM. CORES VARIADAS. PEÇA COM 100 METROS)	PEÇA	50	R\$482,50	R\$24.125,00
5	61144-CABO COBRE FLEXIVEL 6,0MM.- (CABO COBRE FLEXIVEL 6,0MM. CORES VARIADAS. PEÇA COM 100 METROS)	PEÇA	265	R\$518,63	R\$137.436,95
6	61145-CABO NU 25 MM- (CABO NU 25 MM PEÇA COM 100 METROS.)	PEÇA	40	R\$2.837,50	R\$113.500,00
7	61215-CABO PP 3 X 4 MM ² - (CABO PP 3 X 4 MM ² PEÇA COM 100 METROS)	PEÇA	20	R\$1.712,50	R\$34.250,00
8	60452-CABO PP 3X2,5MM (CABO PP 3X2,5MM)	PEÇA	1030	R\$931,25	R\$959.187,50
9	61146-CABO PP 2 X 2,5 MM- (CABO PP 2 X 2,5 MM PEÇA COM 100 METROS)	PEÇA	124	R\$757,50	R\$93.930,00
10	61216-CABO PP 4 X 6 MM ² - (CABO PP 4 X 6 MM ² PEÇA 100 METROS)	PEÇA	2	R\$3.325,00	R\$6.650,00
11	60799-CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA 12 DISJUNTORES COM BARRAMENTO NEUTRO/TERRA-(CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA 12 DISJUNTORES COM BARRAMENTO NEUTRO/TERRA)	UNIDADE	126	R\$128,25	R\$16.159,50
12	61220-DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO MONOPOLAR 50 A (DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO MONOPOLAR 50 A MODELO CAIXA MOLDADA, OPERAÇÃO MANUAL, ACIONAMENTO ALAVANCA, TENSÃO MÁXIMA OPERAÇÃO 600/250, CORRENTE NOMINAL 10, FREQUÊNCIA NOMINAL 60, CAPACIDADE INTERRUPTÃO SIMÉTRICA 14/600, NORMAS TÉCNICAS NBR60898/04 DA ABNT.)	UNIDADE	60	R\$19,23	R\$1.153,80
13	61221-DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR 70 A (DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR 70 A. MODELO CAIXA MOLDADA, OPERAÇÃO MANUAL, ACIONAMENTO ALAVANCA, TENSÃO MÁXIMA OPERAÇÃO 600/250, FREQUÊNCIA NOMINAL 60, CAPACIDADE INTERRUPTÃO SIMÉTRICA 14/600, NORMAS	UNIDADE	50	R\$67,38	R\$3.369,00

[Handwritten signatures and marks]

X

	TÉCNICAS NBR60898/04 DA ABNT.)				
14	4944-DISJUNTOR MONO. 20 AMP-EDUCAÇÃO (DISJUNTOR MONO. 20 AMP-EDUCAÇÃO)	UNIDADE	50	RS12,33	RS616,50
15	60837-CURVA PARA ELETRODUTO EM PVC RÍGIDO 180 GRAUS DE 1 (CURVA PARA ELETRODUTO EM PVC RÍGIDO 180 GRAUS DE 1")	UNIDADE	152	RS7,39	RS1.123,28
16	60881-ELETRODUTO PVC RÍGIDO DN 1 (ELETRODUTO PVC RÍGIDO DN 1")	UNIDADE	260	RS16,49	RS4.287,40
17	61150-ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL CORRUGADO DN 1 POLEGADA - (ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL CORRUGADO DN 1 POLEGADA)	PEÇA	170	RS56,50	RS9.605,00
18	68365-FITA DUPLA FACE 12MM X 1,5M (FITA DUPLA FACE 12MM X 1,5M)	UNIDADE	50	RS9,78	RS489,00
19	68366-FITA PVC PARA INSTALAÇÃO DE SPLIT -(NA COR BRANCA, COMPRIMENTO 10, LARGURA 10CM) (FITA PVC PARA INSTALAÇÃO DE SPLIT -(NA COR BRANCA, COMPRIMENTO 10, LARGURA 10CM))	UNIDADE	80	RS42,50	RS3.400,00
20	60483-FITA DE AUTOFUSÃO (FITA DE AUTOFUSÃO)	UNIDADE	100	RS17,75	RS1.775,00
21	60907-FITA ISOLANTE ELÉTRICA, RESISTÊNCIA À TENSÃO ATÉ 750V, COR PRETA - (FITA ISOLANTE ELÉTRICA, MATERIAL BÁSICO PVC AUTOEXTINGUÍVEL, RESISTÊNCIA À TENSÃO ATÉ 750V, COR PRETA, CLASSE TEMPERATURA 90, COMPRIMENTO 20M, LARGURA 19MM, ESPESSURA 0,15MM.)	UNIDADE	605	RS7,26	RS4.392,30
22	60919-INTERRUPTOR 1 SEÇÃO + TOMADA PADRÃO 10 A 250V ~4 X 2 - (INTERRUPTOR 1 SEÇÃO + TOMADA PADRÃO 10 A 250V ~4 X 2)	UNIDADE	650	RS9,75	RS6.337,50
23	60920-INTERRUPTOR 2 SEÇÕES + TOMADA PADRÃO 10 A 250V ~4 X 2 - (INTERRUPTOR 2 SEÇÕES + TOMADA PADRÃO 10 A 250V ~4 X 2)	UNIDADE	460	RS13,24	RS6.090,40
24	60965-LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 40W 220V 60 HZ - (LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 40W 220V 60 HZ)	UNIDADE	1076	RS9,26	RS9.963,76
25	61033-REFLETOR PARA LÂMPADA ALTA PRESSÃO 250W/400W - (REFLETOR PARA LÂMPADA ALTA PRESSÃO 250W/400W)	UNIDADE	90	RS148,75	RS13.387,50

Handwritten signatures and initials in blue ink.

26	61059-STARTER PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 20W - (STARTER PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 20W)	UNIDADE	713	RS3.01	RS2.146,13
27	61177-LUMINÁRIA FLUORESCENTE COMPLETA 2X40W - (LUMINÁRIA FLUORESCENTE COMPLETA 2X40W COM REATOR E BASE E27 ACOPLADOS, 2 PINOS, COM CERTIFICADO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E SELO INMETRO, LÂMPADA COMPACTA TUBULAR.)	UNIDADE	254	RS77.36	RS19.649,44
28	61218-CALHA PARA LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 40W (2X 40W) - (CALHA PARA LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR, LISA, BRANCA, QUANTIDADE DE LÂMPADAS: 02, POTÊNCIA DA LÂMPADA 40W (2 X 40 W), COM REATOR.)	UNIDADE	110	RS62,50	RS6.875,00
29	61224-LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 34W 220V 60 HZ - (LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 34W 220V 60 HZ)	UNIDADE	240	RS20,98	RS5.035,20
30	61225-LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 70W 220V 60 HZ - (LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 70W 220V 60 HZ)	UNIDADE	80	RS66,10	RS5.288,00
31	68352-LÂMPADA EM LED, (LÂMPADA EM LED - 40W)	UNIDADE	1440	RS77,50	RS111.600,00
32	68353-LAMPADA PL 3U. (LAMPADA PL 3U 30W)	UNIDADE	715	RS39,35	RS28.135,25
33	61157-QUADRO PADRÃO MONOFÁSICO EM POLICARBONATO - (QUADRO PADRÃO MONOFÁSICO EM POLICARBONATO, PARA MEDIÇÃO MONOFÁSICA DE ENERGIA ELÉTRICA, NAS DIMENSÕES DE 280X175X75MM.)	UNIDADE	60	RS61,73	RS3.703,80
34	61158-QUADRO PADRÃO TRIFÁSICO- (QUADRO PADRÃO TRIFÁSICO EM POLICARBONATO, PARA MEDIÇÃO TRIFÁSICA DE ENERGIA ELÉTRICA, NAS DIMENSÕES DE 525X275X155MM.)	UNIDADE	40	RS205,00	RS8.200,00
35	60892-EXTENSÃO ELÉTRICA, COMPRIMENTO 10 METROS - (EXTENSÃO ELÉTRICA, COMPRIMENTO 10 METROS, COM 4 TOMADAS, COM 3 PINOS, TENSÃO NOMINAL 220V)	UNIDADE	170	RS43,50	RS7.395,00

[Handwritten signatures and initials]

36	61092-TOMADA SIMPLES COM 2 POLOS + TERRA 20A NA COR BRANCA. - (TOMADA SIMPLES COM 2 POLOS + TERRA 20A NA COR BRANCA.)	UNIDADE	850	RS17,48	RS14.858,00
37	62802-PLUG TIPO FÊMEA. IDEAL PARA FAZER EXTENSÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS COM CORRENTE ELÉTRICA DE ATÉ 20A E TENSÃO MÁXIMA DE 250 V. (PLUG TIPO FÊMEA. IDEAL PARA FAZER EXTENSÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS COM CORRENTE ELÉTRICA DE ATÉ 20A E TENSÃO MÁXIMA DE 250 V.)	UNIDADE	100	RS8,04	RS804,00
38	62803-PLUG TIPO MACHO. IDEAL PARA FAZER EXTENSÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS COM CORRENTE ELÉTRICA DE ATÉ 20A E TENSÃO MÁXIMA DE 250 V.	UNIDADE	100	RS8,04	RS804,00
39	61002-MINIPOSTE MONOFÁSICO COM ROLDANA 1,20M - (MINI POSTE MONOFÁSICO COM ROLDANA 1,20M)	UNIDADE	30	RS39,38	RS1.181,40
40	60739-CAIXA DE POLICARBONATO, DIMENSÕES APROXIMADAS 280X175X75MM.- (CAIXA DE POLICARBONATO, TAMPA COM RESSALTO, PARA MEDIÇÃO MONOFÁSICA DE ENERGIA ELÉTRICA. DIMENSÕES APROXIMADAS 280X175X75MM. O CORPO E A ATAMPA DA CAIXA DEVEM APRESENTAR CARACTERÍSTICAS ANTI-CHAMA, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETA. ACOMPANHAR TRÊS ARRUELAS REDONDAS 16X16 MM. TRÊS PARAFUSOS AUTOATARRACHANTES E TRÊS BUCHAS PARA FIXAÇÃO A PAREDE. DE ACORDO COM ET 195/2011 COELCE.)	UNIDADE	140	RS56,73	RS7.942,20
41	60741-CAIXA DE POLICARBONATO, DIMENSÕES APROXIMADAS 525X275X155MM - (CAIXA DE POLICARBONATO, TAMPA COM RESSALTO, PARA MEDIÇÃO TRIFÁSICA DE ENERGIA ELÉTRICA. DIMENSÕES APROXIMADAS 525X275X155MM. O CORPO E A ATAMPA DA CAIXA DEVEM	UNIDADE	10	RS226,25	RS2.262,50

[Handwritten signatures and initials]

	APRESENTAR CARACTERÍSTICAS ANTI-CHAMA, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETA. ACOMPANHATRÊS ARRUELAS REDONDAS 16X1X6 MM, TRÊS PARAFUSOS AUTOATARRACHANTES E TRÊS BUCHAS PARA FIXAÇÃO A PAREDE. DE ACORDO COM ET 195/2011 COELCE.)				
42	60765-CANELETA ELÉTRICA EM PVC, DIÂMETRO: 1X2X200CM-(CANELETA ELÉTRICA EM PVC, DIÂMETRO: 1X2X200CM. MODELO RECORTE ABERTO, COM TAMPA DE ENCAIXE NA COR BRANCA. APLICA-SE EM PAINÉIS DE CONTROLE E COMANDO, PAINÉIS TELEFÔNICOS, EQUIPAMENTOS PARA INTERCOMUNICAÇÃO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS. COM ADESIVO.)	UNIDADE	950	R\$8.14	R\$7.733.00
43	36232-LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 25W 220V 60 HZ (LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 25W 220V 60 HZ)	UNIDADE	800	R\$9.76	R\$7.808,00
44	61057-SOQUETE ELÉTRICO - (SOQUETE ELÉTRICO, TIPO PRÁTICO, UNIVERSAL, COM PARAFUSOS. COR BRANCO.)	UNIDADE	1520	R\$6.08	R\$9.241,60
45	60918-HASTE ATERRAMENTO, MATERIAL: AÇO CARBONO - CILÍNDRICA, REVESTIMENTO COBRE, COMPRIMENTO 2.400CM, DIÂMETRO 13MM)	UNIDADE	90	R\$50.38	R\$4.534,20
46	61135-BASE PARA REDE FOTOELÉTRICO COM RABICHO - (BASE PARA REDE FOTOELÉTRICO COM RABICHO, CORPO EM PLÁSTICO PP (PROLIPROPILENO), CONTATOS EM LATÃO, RABICHO COM NO MÍNIMO 3 CM, TENSÃO 250V, CORRENTE 32'.)	UNIDADE	20	R\$31.25	R\$625,00
47	61217-CAIXA PLÁSTICO PASSAGEM ELÉTRICA EMBUTIR 4X2 - (CAIXA PLÁSTICO PASSAGEM ELÉTRICA EMBUTIR 4X2)	UNIDADE	18	R\$1.59	R\$28,62

VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 1.862.442,73

LOTE VI

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QNTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
------	-------------------	-----	------	------------	-------------

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

1	60653-ASSENTO SANITARIO ADULTO - (ASSENTO SANITÁRIO ADULTO, TAMPA VASO SANITÁRIO, MATERIAL POLIETILENO, MATERIAL SOBRE TAMPA POLIPROPILENO NA COR BRANCA)	UNIDADE	554	RS26,03	RS14.420,62
2	61134-ASSENTO PARA BACIA SANITÁRIA TAMANHO INFANTIL- (ASSENTO PARA BACIA SANITÁRIA TAMANHO INFANTIL EM MATERIAL POLIETILENO, COM TAMPA MATERIAL POLIPROPILENO, NA COR BRANCA.)	UNIDADE	20	RS54,50	RS1.090,00
3	61227-BACIA SANITÁRIA TAMANHO INFANTIL DE LOUÇA- (BACIA SANITÁRIA TAMANHO INFANTIL DE LOUÇA, COM CAIXA ACOPLADA 30CM, NA COR BRANCA)	UNIDADE	16	RS253,75	RS4.060,00
4	60654-BACIA DE LOUÇA SANITÁRIA COM CAIXA DE DESCARGA ACOPLADA - (BACIA DE LOUÇA SANITÁRIA COM CAIXA DE DESCARGA ACOPLADA, TAMANHO APROXIMADO (AXLXP): 79 X 39,5 X 65 CM, PESO: 37,4 KG, COR BRANCO.)	UNIDADE	207	RS334,63	RS69.268,41
5	60655-BACIA DE LOUÇA SANITÁRIA CONVENCIONAL - (BACIA DE LOUÇA SANITÁRIA CONVENCIONAL, NA COR BRANCA DIMENSÃO DO PRODUTO: ALTURA: 39,00 CM, LARGURA: 38,50 CM, COMPRIMENTO: 48,50 CM, PESO: 18,37 KG.)	UNIDADE	165	RS152,00	RS25.080,00
6	62603-BÓIA PLÁSTICA, PARA CAIXA D? ÁGUA DE 3/4 DE POLEGADA. (BÓIA PLÁSTICA, PARA CAIXA D? ÁGUA DE 3/4 DE POLEGADA.)	UNIDADE	100	RS15,40	RS1.540,00
7	68156-CAIXA DAGUA FIBRA COM CAPACIDADE PARA 3000 LITROS- (CAIXA DAGUA FIBRA COM CAPACIDADE PARA 3000 LITROS- (CAIXA DAGUA FIBRA COM CAPACIDADE PARA 3000 LITROS).)	UNIDADE	25	RS1.734,25	RS43.356,25
8	33746-CAIXA DAGUA EM FIBRA CAPACIDADE 500 LITROS (CAIXA DAGUA EM FIBRA CAPACIDADE 500 LITROS)	UNIDADE	12	RS254,25	RS3.051,00
9	60722-CAIXA D? ÁGUA FIBRA COM CAPACIDADE PARA 1000 LITROS - (CAIXA D?ÁGUA FIBRA COM CAPACIDADE PARA 1000 LITROS)	UNIDADE	114	RS432,50	RS49.305,00

[Handwritten signatures and initials]

X

10	61148-CAIXA D'AGUA EM FIBRA, COM CAPACIDADE PARA 2.000 LITROS- (CAIXA D'AGUA EM FIBRA, COM CAPACIDADE PARA 2.000 LITROS-)	UNIDADE	31	RS1.059,50	RS32.844,50
11	68157-CAIXA DAGUA FIBRA COM CAPACIDADE PARA 5000 LITROS- (CAIXA DAGUA FIBRA COM CAPACIDADE PARA 5000 LITROS- (CAIXA DAGUA FIBRA COM CAPACIDADE PARA 5000 LITROS).)	UNIDADE	28	RS2.610,50	RS73.094,00
12	60916-GRELHA REDONDA PARA CAIXA SIFONADA E RALO 100 MM - (GRELHA REDONDA PARA CAIXA SIFONADA E RALO 100 MM)	UNIDADE	105	RS4,01	RS421,05
13	60746-CAIXA DESCARGA EXTERNA (NÃO ACOPLADA)- (CAIXA DESCARGA EXTERNA (NÃO ACOPLADA) COMPLETA PLÁSTICO RIGIDO PVC QUADRADA 6 LITROS)	UNIDADE	430	RS37,73	RS16.223,90
14	32877-TUBO PVC ESGOTO DN 100 MM (TUBO PVC ESGOTO DN 100 MM)	METRO	96	RS22,15	RS2.126,40
15	36640-TUBO PVC ESGOTO DN 50 MM (TUBO PVC ESGOTO DN 50 MM)	METRO	72	RS14,48	RS1.042,56
16	61208-TUBO PVC ESGOTO DN 150MM - (TUBO PVC ESGOTO DN 150MM)	METRO	1200	RS45,23	RS54.276,00
17	60909-FITA VEDA ROSCA 18MM X 25M - (FITA VEDA ROSCA 18MM X 25M)	UNIDADE	360	RS3,59	RS1.292,40
18	60933-JOELHO PVC ESGOTO 90 GR DN 150 MM - (JOELHO PVC ESGOTO 90 GR DN 150 MM)	UNIDADE	30	RS58,38	RS1.751,40
19	60954-JOELHO PVC SOLDÁVEL 90 GR DN 60 MM - (JOELHO PVC SOLDÁVEL 90 GR DN 60 MM)	UNIDADE	110	RS18,68	RS2.054,80
20	61154-JOELHO PVC LR DN 1 POLEGADA. (JOELHO PVC LR DN 1 POLEGADA.)	UNIDADE	125	RS6,51	RS813,75
21	61156-JOELHO PVC ROSCAVEL 90 GR DN 3/4 POLEGADAS- (JOELHO PVC ROSCÁVEL 90 GR DN 3/4 POLEGADAS)	UNIDADE	225	RS4,01	RS902,25
22	61054-SIFÃO SAFONADO SIMPLES UNIVERSAL 150CM - (SIFÃO SAFONADO SIMPLES UNIVERSAL 150CM)	UNIDADE	508	RS10,25	RS5.207,00
23	61094-TORNEIRA DE METAL LONGA DE ½? 20MM - (TORNEIRA DE METAL LONGA DE ½? 20MM)	UNIDADE	70	RS71,00	RS4.970,00

Handwritten signatures and initials in blue ink.

24	35904-TORNEIRA PLASTICA 3/4 (TORNEIRA PLASTICA 3/4)	UNIDADE	150	R\$5,55	R\$832,50
25	36790-TORNEIRA PLASTICA 3/8 PARA GELAGUA (TORNEIRA PLASTICA 3/8 PARA GELAGUA)	UNIDADE	100	R\$8,00	R\$800,00
26	35518-CANO SOLDÁVEL DE 25MM PVC (CANO SOLDÁVEL DE 25MM PVC: CANO SOLDÁVEL DE 25MM PVC)	METRO	64	R\$6,03	R\$385,92
27	35953-ADAPTADOR PVC LR DN 25 X 3/4 (ADAPTADOR PVC LR DN 25 X 3/4)	UNIDADE	60	R\$1,52	R\$91,20
28	36066-CHUVEIRO PLASTICO REGISTRO TUBO COM BITOLA DE 4 POLEGADAS (CHUVEIRO PLASTICO REGISTRO TUBO COM BITOLA DE 4 POLEGADAS)	UNIDADE	20	R\$12,70	R\$254,00
29	36812-ADAPTADOR PVC LR DN 32 X 1 (ADAPTADOR PVC LR DN 32 X 1)	UNIDADE	60	R\$3,64	R\$218,40
30	60636-ADAPTADOR COM FLANGE PARA CAIXA D'ÁGUA DN 50 MM- (ADAPTADOR COM FLANGE PARA CAIXA D'ÁGUA DN 50 MM)	UNIDADE	200	R\$36,50	R\$7.300,00
31	60777-CANO SOLDÁVEL DE 40MM PVC - (CANO SOLDÁVEL DE 40MM PVC)	METRO	750	R\$14,73	R\$11.047,50
32	60782-CAP PVC ESGOTO DN 150 MM - (CAP PVC ESGOTO DN 150 MM)	UNIDADE	20	R\$37,73	R\$754,60
33	60786-CAP PVC ROSCÁVEL DN 3/4? - (CAP PVC ROSCÁVEL DN 3/4?)	UNIDADE	70	R\$3,01	R\$210,70
34	60795-CAP PVC SOLDÁVEL DN 50 MM - (CAP PVC SOLDÁVEL DN 50 MM)	UNIDADE	225	R\$4,26	R\$958,50
35	60819-CHUVEIRO PLASTICO REGISTRO TUBO COM BITOLA DE 4 POLEGADAS, CRIVO CANOPLA - (CHUVEIRO PLASTICO REGISTRO TUBO COM BITOLA DE 4 POLEGADAS, CRIVO CANOPLA.)	UNIDADE	10	R\$12,70	R\$127,00
36	60840-CURVA PVC ESGOTO 90 GR CURTA DN 100 MM- (CURVA PVC ESGOTO 90 GR CURTA DN 100 MM)	UNIDADE	75	R\$8,55	R\$641,25
37	60852-CURVA PVC SOLDÁVEL 90 GR DN 40 MM - (CURVA PVC SOLDÁVEL 90 GR DN 40 MM)	UNIDADE	65	R\$12,11	R\$787,15
38	60884-ENGATE FLEXÍVEL 1/2" PVC 50 CM BRANCO- (ENGATE FLEXÍVEL 1/2" PVC 50 CM BRANCO)	UNIDADE	295	R\$6,48	R\$1.911,60
39	60979-LUVA CORRER PVC P/ TUBO DN 50 MM- (LUVA CORRER PVC P/ TUBO DN 50 MM)	UNIDADE	190	R\$28,13	R\$5.344,70

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

X

40	60983-LUVA PVC LR DN 25 MM X 3/4?? - (LUVA PVC LR DN 25 MM X 3/4??)	UNIDADE	44	RS2,14	RS94,16
41	60967-LAVATÓRIO COM COLUNA - (LAVATÓRIO COM COLUNA, FABRICADO LOUÇA COMPRIMENTO 47CM LARGURA 57CM ALTURA 80CM, COR BRANCO)	UNIDADE	144	RS181,90	RS26.193,60
42	61009-PIA DE FIBRA 1,20M - (PIA DE FIBRA 1,20M)	UNIDADE	40	RS127,13	RS5.085,20
43	61010-PIA DE INOX 1,20 METROS - (PIA DE INOX 1,20 METROS. CARACTERÍSTICAS AÇO INOX AISI 304 (18/10). ESPESSURA 0,60, PIA MONOBLOCO SEM SOLDA., PRODUNDIDADE DA CUBA = 145 MM, ALTURA DO ESPELHO TRASEIRO = 50 MM, ACOMPANHA A VÁLVULA 3", FURAÇÃO DESCENTRALIZADA. POSSUI ADESIVO "ANTI-RUÍDO". ACABAMENTO ACETINADO.)	UNIDADE	107	RS200,73	RS21.478,11
44	62581-ACIONADOR PARA CAIXAS ACOPLADAS. (ACIONADOR PARA CAIXAS ACOPLADAS. CONVENCIONAL MONTAGEM SUPERIOR. INDICADO PARA TODOS OS MODELOS DE CAIXAS ACOPLADAS COM ACIONAMENTO SUPERIOR; ACIONADOR DE ABS CROMADO;)	UNIDADE	100	RS98,38	RS9.838,00
45	61014-PLUG PVC ROSCÁVEL DE 3/4? - (PLUG PVC ROSCÁVEL DE 3/4?)	UNIDADE	50	RS2,01	RS100,50
46	61032-REDUÇÃO EXCÊNTRICA PARA ESGOTO DN 150 X 100 MM - (REDUÇÃO EXCÊNTRICA PARA ESGOTO DN 150 X 100 MM)	UNIDADE	50	RS38,50	RS1.925,00
47	61036-REGISTRO DE GAVETA COM CANOPLA CROMADA DE 20MM -	UNIDADE	40	RS71,25	RS2.850,00
48	61037-REGISTRO ESFERA METÁLICO COM ALAVANCA DN 3/4? - (REGISTRO ESFERA METÁLICO COM ALAVANCA DN 3/4?)	UNIDADE	25	RS25,15	RS628,75
49	61046-REGISTRO ESFERA PVC DN 50 MM - (REGISTRO ESFERA PVC DN 50 MM)	UNIDADE	67	RS30,73	RS2.058,91
50	61064-TÊ PVC PARA ESGOTO DN 100 X 100 MM - (TÊ PVC PARA ESGOTO DN 100 X 100 MM)	UNIDADE	110	RS18,38	RS2.021,80
51	61118-UNIÃO PVC SOLDÁVEL DN 50 MM - (UNIÃO PVC SOLDÁVEL DN 50	UNIDADE	42	RS31,95	RS1.341,90

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

	MM)				
52	61132-ADAPTADOR PVC LR DN 1 POL.- (ADAPTADOR PVC LR DN 1 POL)	UNIDADE	350	RS3.25	RS1.137.50
53	61219-CHUVEIRO PLASTICO REGISTRO TUBO COM BITOLA DE 4 POLEGADAS - (CHUVEIRO PLÁSTICO REGISTRO TUBO COM BITOLA DE 4 POLEGADAS, CRIVO CANOPLA.)	UNIDADE	10	RS12.70	RS127.00

VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 514.736.74

LOTE VII

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QNTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	60821-CIMENTO COLA EMBALAGEM COM 20KG - (CIMENTO COLA EMBALAGEM COM 20KG)	UNIDADE	770	RS15,51	RS11.942.70
2	60823-CIMENTO COMUM SACO COM 50 KG - (CIMENTO COMUM SACO COM 50 KG)	UNIDADE	13060	RS31.53	RS411.781,80
3	60669-BRITA Nº 1 - (BRITA Nº 1)	METRO CÚBICO	855	RS150,50	RS128.677.50
4	60670-BRITA Nº 2- (BRITA Nº 2)	METRO CÚBICO	4	RS150,38	RS601.52
5	60658-BARRO BRANCO - (BARRO BRANCO)	METRO CÚBICO	1166	RS51.63	RS60.200,58
6	60651-AREIA FINA- (AREIA FINA)	METRO CÚBICO	6210	RS51.13	RS317.517,30
7	60652-AREIA GROSSA- (AREIA GROSSA)	METRO CÚBICO	7610	RS49,88	RS379.586.80
8	60913-GESSO COM EMBALAGEM COM 40KG - (GESSO COM EMBALAGEM COM 40KG)	UNIDADE	580	RS15.84	RS9.187.20
9	61080-TIJOLO DE CERÂMICA MATERIAL BARRO COZIDO TIPO FURADO - (TIJOLO DE CERÂMICA MATERIAL BARRO COZIDO TIPO FURADO COMPRIMENTO 29CM LARGURA 19 CM ESPESSURA 10 CM PESO APROXIMADO 3.000G QUANTIDADE DE FUIROS 08 COR VERMELHO APLICAÇÃO ESTRUTURAL.)	MILHEIRO	94	RS608,75	RS57.222.50
10	62853-TELHA CERAMICA COLONIAL. COMPRIMENTO EFETIVO 48,0 CM, LARGURA EFETIVA 18,5CM, POSIÇÃO DO FURO DE AMARRAÇÃO 45,5 CM. (TELHA CERÂMICA COLONIAL. COMPRIMENTO EFETIVO 48,0 CM, LARGURA EFETIVA 18,5CM.	MILHEIRO	10	RS898,50	RS8.985.00

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

X



	POSIÇÃO DO FURO DE AMARRAÇÃO 45,5 CM.)				
11	60801-CERÂMICA ESMALTADA 34X34CM PEI-4 - (CERÂMICA ESMALTADA 34X34CM PEI-4)	METRO QUADRADO	700	RS28,98	RS20.286,00
12	60803-CERÂMICA ESMALTADA ANTIDERRAPANTE 34X34CM - (CERÂMICA ESMALTADA ANTIDERRAPANTE 34X34CM)	METRO QUADRADO	390	RS28,85	RS11.251,50
13	68359-PLACA DE GESSO (60X60) CM (PLACA DE GESSO (60X60)CM)	UNIDADE	150	RS5,19	RS778,50
14	61078-TELHA TIPO TÉGULA EM POLIESTIRENO - (TELHA TIPO TÉGULA EM POLIESTIRENO É UM CRISTAL DE BAIXA FLUIDEZ PARA FAZER INTERCALAÇÃO NO TELHADO, PESO:350G, MEDIDAS DO PRODUTO: 42X33CM)	UNIDADE	303	RS15,49	RS4.693,47
15	592-FORRO PVC 200MM - 8MM - (FORRO PVC 200MM - 8MM.)	METRO QUADRADO	500	RS42,75	RS21.375,00
16	60827-COMBOGÓ DE CIMENTO 50X50CM - (COMBOGÓ DE CIMENTO 50X50CM)	UNIDADE	105	RS33,50	RS3.517,50
17	61007-PEDRA DE CONCRETO PARA PRATELEIRAS - (PEDRA DE CONCRETO PARA PRATELEIRAS COM ESPESSURA DE 5CM, TAMANHO 1,50X0,50M)	UNIDADE	123	RS122,25	RS15.036,75

VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 1.462.641,62

LOTE VIII

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QNTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	32821-BRUMASA COMPENSADO DE 15MM (BRUMASA COMPENSADO DE 15MM DIMENSÕES DA FOLHA 2200 X 1600MM)	UNIDADE	20	RS141,13	RS2.822,60
2	60683-BRUMASA COMPENSADO DE 10MM - (BRUMASA COMPENSADO DE 10MM DIMENSÕES DA FOLHA 2200M X 1600MM)	UNIDADE	65	RS134,75	RS8.758,75
3	32998-BRUMASA COMPENSADO DE 6MM (BRUMASA COMPENSADO DE 6MM 2200MM X 1600MM: BRUMASA COMPENSADO DE 6MM DIMENSÕES DA FOLHA 2200 X 1600MM)	UNIDADE	20	RS123,75	RS2.475,00
4	35611-CAIBRO CEDRINHO 6,5M (CAIBRO CEDRINHO 6,5M)	UNIDADE	100	RS32,63	RS3.263,00
5	61147-CAIBRO EM MADEIRA MISTA-61665-FOLHA DE COMPENSADO COM DIMENSÃO 8MM (FOLHA DE COMPENSADO COM DIMENSÃO	METRO	1900	RS6,02	RS11.438,00
6	61665-FOLHA DE COMPENSADO COM DIMENSÃO 8MM (FOLHA DE COMPENSADO COM DIMENSÃO	FOLHA	20	RS144,50	RS2.890,00

[Handwritten signatures and marks]

	8MM)				
7	35634-COMPENSADO, MADEIRA SECA, TAMANHO 2,20X1,60 CHAPA COM 10MM D (COMPENSADO, MADEIRA SECA, TAMANHO 2,20X1,60 CHAPA COM 10MM DE ESPESSURA)	UNIDADE	20	RS146,25	RS2.925,00
8	60911-FORRA PARA PORTA PARANÁ DE 80CM - (FORRA PARA PORTA PARANÁ DE 80CM)	UNIDADE	126	RS100,88	RS12.710,88
9	61017-PORTA COMPLETA COM FORRA 2,10 X 0,80M - (PORTA COMPLETA COM FORRA 2,10 X 0,80M)	UNIDADE	138	RS413,23	RS57.025,74
10	61018-PORTA PARANÁ DE 2,10 X 1,00M - (PORTA PARANÁ DE 2,10 X 1,00M)	UNIDADE	40	RS131,88	RS5.275,20
11	61021-PORTA PARANÁ DE 2,10X0,80M - (PORTA PARANÁ DE 2,10X0,80M)	UNIDADE	180	RS96,00	RS17.280,00
12	60997-MADERITE 2,0 X 1,80 M - (MADERITE 2,0 X 1,80 M)	UNIDADE	420	RS74,63	RS31.344,60
13	60968-LINHA DE MADEIRA SECA 7M X 14CM X 0,6MM - (LINHA DE MADEIRA SECA 7M X 14CM X 0,6MM)	UNIDADE	456	RS35,85	RS16.347,60
14	61050-RIPA DE MADEIRA SECA 5X2,5CM. VARA DE 3 METROS - (RIPA DE MADEIRA SECA 5X2,5CM. VARA DE 3 METROS)	UNIDADE	3060	RS4,73	RS14.473,80
15	61153-BARROTE MADEIRA MISTA, SECA, SERRADA 6X6 CM.- (BARROTE MADEIRA MISTA, SECA, SERRADA 6X6 CM)	UNIDADE	180	RS18,35	RS3.303,00
16	61179-BARROTE CEDRO SERRADA 60CM X 4CM - (BARROTE CEDRO SERRADA 60CM X 4CM)	UNIDADE	500	RS18,35	RS9.175,00

VALOR TOTAL DO LOTE RS 201.508,17

LOTE IX

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QNTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	61185-CADEADO 40MM C/ DUAS CHAVES - (CADEADO 40MM COM CORPO DE LATÃO E HASTE DE AÇO TEMPERADO, COM 2 CHAVES)	UNIDADE	140	RS29,50	RS4.130,00
2	32851-LIXA NO100 PARA MADEIRA (LIXA N100 PARA MADEIRA)	UNIDADE	60	RS1,52	RS91,20
3	61024-PREGO SEM CABEÇA 1 1/2X15 - (PREGO SEM CABEÇA 1 1/2X15)	QUILO	50	RS21,60	RS1.080,00
4	61025-PREGO SEM CABEÇA 2X14 -	QUILO	36	RS21,60	RS777,60

[Handwritten signatures and initials]

	(PREGO SEM CABEÇA 2X14)				
5	62808-PREGO COM CABEÇA. EM AÇO CARBONO GALVANIZADO 10 X 10. SACO 1 KG.(PREGO COM CABEÇA. EM AÇO CARBONO GALVANIZADO 10 X 10. SACO 1 KG.)	QUILO	10	RS21.60	RS216,00
6	33781-PREGO COM CABEÇA 2X14 (PREGO COM CABEÇA 2X14)	QUILO	8	RS21.60	RS172,80
7	36614-LIXA NO 80 PARA MASSA (LIXA N 80 PARA MASSA)	UNIDADE	60	RS1.65	RS99,00
8	60971-LIXA Nº100 PARA FERRO - (LIXA Nº100 PARA FERRO)	UNIDADE	290	RS4.03	RS1.168,70
9	51646-ARCO PARA LÂMINA DE SERRA AÇO RÁPIDO (ARCO PARA LAMINA DE SERRA AÇO RÁPIDO)	UNIDADE	60	RS24.00	RS1.440,00
10	60644-ALICATE DE BICO. - (ALICATE DE BICO. MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO SUPERFICIAL CROMADO E POLIDO. TIPO LONGO, RETO E BICO DE PONTA OVAL, TIPO CABO ISOLADO, COMPRIMENTO 200MM, APLICAÇÃO REDE TELEFÔNICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TRATAMENTO TÉRMICO POR INDUÇÃO NO CORTE)	UNIDADE	8	RS29.90	RS239,20
11	60647-ALICATE UNIVERSAL, GRANDE- (ALICATE UNIVERSAL, GRANDE, MATERIAL FORJADO EM AÇO CROMO VANÁDIO. TIPO PROFISSIONAL. MATERIAL CABO PLÁSTICO, TIPO CABO REFORÇADO, ISOLADO, ANTI-DESLIZANTE, COMPRIMENTO 8, APLICAÇÃO CORTE DE ARAME DURO, INSTALAÇÕES EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CLASSE DE APLICAÇÃO H)	UNIDADE	4	RS49.24	RS196,96
12	61178-ARAME DE AÇO RECOZIDO Nº 18 (ARAME DE AÇO RECOZIDO Nº 18, AMPLAMENTE UTILIZADO NA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA AMARRAÇÃO DE ELEMENTOS ESTRUTURAIS. TRAVAMENTO DAS FÔRMAS DOS ELEMENTOS ESTRUTURAIS PARA CONCRETAGEM, ENTRE OUTRAS FUNÇÕES)	QUILO	10	RS18,75	RS187,50
13	60649-ARAME GALVANIZADO Nº 18 - (ARAME GALVANIZADO Nº 18, DIMENSÕES:BITOLA-	QUILO	380	RS27,13	RS10.309,40

[Handwritten signatures and marks]

	1,24MM,100M/KG. POSSUEM CAMADA DE ZINCO QUE GARANTE MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA AOS EFEITOS DO TEMPO (CORROSÃO.)				
14	61209-TRENA EM AÇO COM 10M - (TRENA EM AÇO COM 10M)	UNIDADE	40	RS30,98	RS1.239,20
15	61210-TRENA LASER 0,3 A 200M - (TRENA LASER 0,3 A 200M)	UNIDADE	5	RS353,00	RS1.765,00
16	61211-TRENA EM FIBRA DE VIDRO COM 50M - (TRENA EM FIBRA DE VIDRO COM 50M)	UNIDADE	28	RS80,50	RS2.254,00
17	60894-FECHADURA EXTERNA DE EMBUTIR - (FECHADURA EXTERNA DE EMBUTIR AÇO GALVANIZADO COM DUAS CHAVES, TRANCA E MAÇANETA EM "L")	UNIDADE	235	RS39,00	RS9.165,00
18	60895-FECHADURA INTERNA DE EMBUTIR - (FECHADURA INTERNA DE EMBUTIR EM AÇO GALVANIZADO COM DUAS CHAVES ,TRANCAS E MAÇANETA EM L)	UNIDADE	160	RS35,38	RS5.660,80
19	68367-FECHADURA COMPLETA PARA PORTA DE CORRER (FECHADURA COMPLETA PARA PORTA DE CORRER)	UNIDADE	64	RS50,88	RS3.256,32
20	60905-FERROLHO REDONDO 2?- (FERROLHO REDONDO 2?)	UNIDADE	130	RS3,14	RS408,20
21	60912-FURADEIRA DE IMPACTO 500W 3/8P, DUAS VELOCIDADES 6652.- (FURADEIRA DE IMPACTO 500W 3/8P, DUAS VELOCIDADES 6652. ACOMPANHA KIT MALETA + ACESSÓRIOS, 220V)	UNIDADE	2	RS239,38	RS478,76
22	61204-SOLDA 7018 - (SOLDA 7018)	CAIXA	100	RS26,25	RS2.625,00
23	61205-SOLDA 13 FINA - (SOLDA 13 FINA)	CAIXA	50	RS23,00	RS1.150,00
24	61206-DISCO EM AÇO PARA CORTE 4,1/2 X1,00MM - (DISCO EM AÇO PARA CORTE 4.1/2 X1,00MM)	UNIDADE	80	RS4,28	RS342,40
25	61213-PAQUIMETRO UNIVERSAL 150MM - (PAQUÍMETRO UNIVERSAL CAPACIDADE 150MM E RESOLUÇÃO 0.05MM MITUTOYO 530 104BR COM PARAFUSO DE FIXAÇÃO E COM MEDIDOR DE PROFUNDIDADE. CURSOR TEMPERADO E IMPULSOR FABRICADOS EM AÇO INOXIDÁVEL. ESCALA PRINCIPAL E NÔNIO COM ACABAMENTO CROMADO. FACES DE MEDIÇÃO LAPIDADAS. DESLIZE	UNIDADE	1	RS163,75	RS163,75

Handwritten signatures and initials in blue ink.

	DO CURSOR SOBRE GUIAS RESSALTADAS, IMPEDINDO O DESGASTE DA GRAVAÇÃO. GRADUAÇÃO: SUPERIOR 1/128" INFERIOR 0.05MM EXATIDÃO = 0,05 MM COMPRIMENTO DO BICO 40 MM)				
26	61214-REGUA ANTROPOMETRICA EM MADEIRA 1M - (RÉGUA ANTROPOMÉTRICA EM MADEIRA 1M)	UNIDADE	2	RS90,38	RS180,76
27	61681-PÁ MODELO CONSTRUÇÃO AJUNTADEIRA QUADRADA Nº3 (PÁ MODELO CONSTRUÇÃO AJUNTADEIRA QUADRADA Nº3 COM CABO DE MADEIRA RETO DE 120 CM)	UNIDADE	12	RS44.00	RS528.00
28	61689-SERROTE DE PODA TAMANHO ÚNICO (SERROTE DE PODA TAMANHO ÚNICO)	UNIDADE	12	RS37,33	RS447,96
29	62670-CARRINHO DE MÃO. (CARRINHO DE MÃO. DESCRIÇÃO: CARRINHO PARA CONSTRUÇÃO, TIPO EXPORTAÇÃO 60 LITROS, CAÇAMBA COM CHAPA 22 (0.75MM), PÉS E RODAS REFORÇADOS VARAL DE TUBO DE AÇO COM PAREDE DE 1,50MM, PNEU E CÂMARA.)	UNIDADE	4	RS194,13	RS776,52
30	62716-DOBRADIÇA DE CANTO. PINO COMUM 3.1/2 POLEGADA ACABAMENTO: ZINCADO (GALVANIZADO) (DOBRADIÇA DE CANTO. PINO COMUM 3.1/2 POLEGADA ACABAMENTO: ZINCADO (GALVANIZADO) APLICAÇÃO: DOBRADIÇAS DE CANTO PARA PORTAS DE MADEIRA MISTA (PORTAS OCA) ITENS INCLUSOS: 01 DOBRADIÇA DE CANTO COM PINO RETO.)	UNIDADE	50	RS3,14	RS157,00
31	62717-DOBRADIÇA CROMADA. MATERIAL DE FERRO NIQUELADO, APLICAÇÃO PORTA 3X 2.1/2 (DOBRADIÇA CROMADA. MATERIAL DE FERRO NIQUELADO, APLICAÇÃO PORTA 3X 2.1/2, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 6 FUIROS, ACABAMENTO CROMADO ALTURA 4CM, LARGURA 3CM)	UNIDADE	160	RS3,14	RS502,40
32	62759-LÂMINA DE SERRA. AÇO RÁPIDO DE ALTA RESISTÊNCIA (LÂMINA DE SERRA. AÇO RÁPIDO	UNIDADE	100	RS9,26	RS926,00

[Handwritten signatures and initials]

	DE ALTA RESISTÊNCIA COM ESTRUTURA HOMOGÊNEA E DUREZA UNIFORME DE ACORDO COM AS NORMAS ABNT.)				
33	35580-ABRACADEIRA NYLON 280 X 4,5MM (ABRACADEIRA NYLON 280 X 4,5MM)	PACOTE	12	RS49.88	RS598.56
34	60633-ABRACADEIRA TIPO? U? SIMPLES 1?- (ABRACADEIRA TIPO ?U? SIMPLES 1?)	UNIDADE	380	RS1.01	RS383.80

VALOR TOTAL DO LOTE RS 53.117,79

LOTE X

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QNTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	60657-BARRA CHATA 1 X 1/8? - (BARRA CHATA 1 X 1/8? VARA COM 6 METROS)	VARA	190	RS30.63	RS5.819,70
2	60780-CANTONEIRA DE FERRO 1/8 X 1 POLEGADAS - (CANTONEIRA DE FERRO 1/8 X 1 POLEGADAS)	METRO	30	RS89.75	RS2.692,50
3	60902-FERRO QUADRADO ½ X ½ POLEGADAS COM 12 METROS - (FERRO QUADRADO ½ X ½ POLEGADAS COM 12 METROS)	BARRA	165	RS58.13	RS9.591,45
4	61100-TRELIÇA REFORÇADA DE 12 MM ? 6 METROS - (TRELIÇA REFORÇADA DE 12 MM ? 6 METROS)	UNIDADE	120	RS71.98	RS8.637,60
5	61149-COLUNA DE FERRO 3/8 COM 6 METROS- (COLUNA DE FERRO 3/8 COM 6 METROS)	UNIDADE	70	RS179.63	RS12.574,10
6	68356-COLUNA DE FERRO 5/16 - 06 METROS (COLUNA DE FERRO 5/16 - 06 METROS)	UNIDADE	40	RS132,50	RS5.300,00
7	61201-CHAPA DE FERRO Nº 16 - 2,00 X 1,00M - (CHAPA DE FERRO Nº 16 - 2,00 X 1,00M)	METRO CÚBICO	80	RS303,50	RS24.280,00
8	61202-CHAPA DE FERRO Nº 18 - 2,00 X 1,00M - (CHAPA DE FERRO Nº 18 - 2,00 X 1,00M)	METRO CÚBICO	60	RS251,75	RS15.105,00
9	68158-CHAPA DE ALUMINIO 05MM X 0,30CM (ROLO DE 10METROS) - (CHAPA DE ALUMINIO 05MM X 0,30CM (ROLO DE 10METROS))- (CHAPA DE ALUMINIO 05MM X 0,30CM (ROLO DE 10METROS)).)	UNIDADE	20	RS373,25	RS7.465,00
10	68360-TRELIÇA 06 METROS (TRELIÇA 06 METROS)	UNIDADE	40	RS70,75	RS2.830,00

VALOR TOTAL DO LOTE RS 94.295,35

LOTE XI

[Handwritten signatures and marks]

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QNTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	35956-ADESIVO VEDANTE SILICONE 75G (ADESIVO VEDANTE SILICONE 75G: ADESIVO VEDANTE BORRACHA SILICONE EMBALAGEM 75G)	UNIDADE	40	R\$7,21	R\$288,40
2	35966-BALDE PLASTICO COM CAPACIDADE PARA 12L (BALDE PLASTICO COM CAPACIDADE PARA 12L: BALDE PLASTICO COM CAPACIDADE PARA 12 LITROS.)	UNIDADE	12	R\$11,78	R\$141,36
3	36698-CORDA NO10 FABRICADO EM NYLON (CORDA N10 FABRICADO EM NYLON)	METRO	100	R\$3,34	R\$334,00
4	59086-LUVA EM LATEX (LUVA EM LATEX TAMANHO (M))	CAIXA	10	R\$8,00	R\$80,00
5	60664-BLOCO DE GESSO- (BLOCO DE GESSO PARA DIVISÓRIAS TAMANHO 70X70CM)	UNIDADE	1820	R\$10,75	R\$19.565,00
6	60825-COLA BRANCA EMBALAGEM DE 1KG - (COLA BRANCA EMBALAGEM DE 1KG, COMPOSTA POR ADESIVO VINÍLICO DISPERSO EM ÁGUA, DE COR BRANCA, ODOR CARACTERÍSTICO E MÉDIA VISCOSIDADE, QUE APÓS SECO APRESENTA UMA PELÍCULA TRANSPARENTE, PLASTIFICADA, DE ALTA RESISTÊNCIA AO DESCOLAMENTO.)	UNIDADE	20	R\$25,00	R\$500,00
7	60826-COLA DE CONTATO 730GR - (COLA DE CONTATO 730GR)	UNIDADE	85	R\$37,25	R\$3.166,25
8	60998-MANGUEIRA CRISTA 3/4, PRODUZIDA EM PVC TRANSPARENTE FLEXÍVEL - (MANGUEIRA CRISTA 3/4, PRODUZIDA EM PVC TRANSPARENTE FLEXÍVEL. UTILIZADA PARA PASSAGEM DE ÁGUA E AFINS. INDICADA PARA USO DOMÉSTICO, CONSTRUÇÃO CIVIL E INDUSTRIAL.)	METRO	650	R\$6,96	R\$4.524,00
9	61133-ARREIMATE PARA FORRO EM PVC C/6 METROS - (ARREIMATE PARA FÔRRO EM PVC C/6 METROS)	UNIDADE	180	R\$43,23	R\$7.781,40
10	62586-ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC. (ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC. PARA INSTALAÇÃO MANUTENÇÃO E REPAROS EM PVC RÍGIDO, RESISTENTE A	UNIDADE	40	R\$5,69	R\$227,60

[Handwritten signatures and marks]

	TRACIONAMENTO E PRESSÃO, EMBALAGEM 75G)				
11	62587-ADESIVO VEDANTE BORRACHA SILICONE. (ADESIVO VEDANTE BORRACHA SILICONE. RESISTENTE A ALTAS E BAIXAS TEMPERATURAS. PARA VEDAR E COLAR VIDROS, MADEIRAS, AZULEJOS, PORCELANA, METAIS, PLÁSTICOS, SUPERFÍCIES ESMALTADAS, VIDROS TEMPERADOS, CAIXILHARIAS, LOUÇAS SANITÁRIAS, ENCANAMENTOS, BOX DE BANHEIRO, PIAS, BARCOS, AUTOMÓVEIS. AR-CONDICIONADOS, EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS, FIBERGLASS, FIOS E CABOS. EMBALAGEM 50G.)	UNIDADE	30	RS8,10	RS243,00
12	66873-MANGUEIRA DE 1" - ROLO DE 100METROS (MANGUEIRA DE 1" - ROLO DE 100METROS)	ROLO	10	RS245,50	RS2.455,00
13	68357-CONJUNTO ARSTOP (CONJUNTO ARSTOP)	UNIDADE	50	RS25,73	RS1.286,50
14	68361-TUBO DE COBRE 1/4 (TUBO DE COBRE 1/4)	METRO	60	RS9,79	RS587,40
15	68362-TUBO DE COBRE 5/8 (TUBO DE COBRE 5/8)	METRO	60	RS21,13	RS1.267,80
16	68363-TUBO ISOLANTE TÉRMICO 2M - 1/4" (TUBO ISOLANTE TÉRMICO 2M - 1/4")	UNIDADE	60	RS12,10	RS726,00
17	68364-TUBO ISOLANTE TÉRMICO 2M - 5/8" (TUBO ISOLANTE TÉRMICO 2M - 5/8")	UNIDADE	60	RS15,60	RS936,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 44.109,71					
LOTE XII - BOMBAS SUBMERSAS					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QNTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	61228-BOMBA SUBMERSA DE 1 - (BOMBA SUBMERSA DE 1 CV MONOFÁSICO 220V)	UNIDADE	40	RS1.587,50	RS63.500,00
2	61229-BOMBA SUBMERSA DE 0,5 (BOMBA SUBMERSA DE 0,5 CV MONOFÁSICO 220V)	UNIDADE	40	RS1.256,25	RS50.250,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 113.750,00					

8. DO REFERENCIAL DOS PREÇOS

8.1. Os preços de referência foram estimados com base nos valores médios obtidos através das cotações de preços anexas a este processo. O valor global está estimado em R\$

[Handwritten signatures and initials]

4.510.654,52 (quatro milhões e quinhentos e dez mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

9.1. O Sistema de Registro de Preços independe de previsão orçamentária. Isso porque não há obrigatoriedade da contratação, portanto não há necessidade de se demonstrar a existência de recurso.

9.2. Com base no art. 7º, § 2º do Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, preceitua: "Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil".

9.3. As despesas do exercício subsequente correrão à conta da dotação consignada para esta atividade, ficando adstritas ao respectivo crédito orçamentário.

10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

10.1. HABILITAÇÃO JURIDICA

10.1.1 Cópia de Cédula de Identidade e CPF do Sócio (s) da empresa;

10.1.1.2. **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa pessoa física, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

10.1.1.3. **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

10.1.1.4. **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

10.1.1.5. **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.1.1.6. **CERTIFICADO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (CCMEI)**, tipo empresarial que se equipara ao empresário individual, conforme Lei Complementar nº 128/2008, devidamente disponibilizada integralmente em ambiente virtual, por meio do sítio www.portaldoempendedor.gov.br;

OBS: Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:



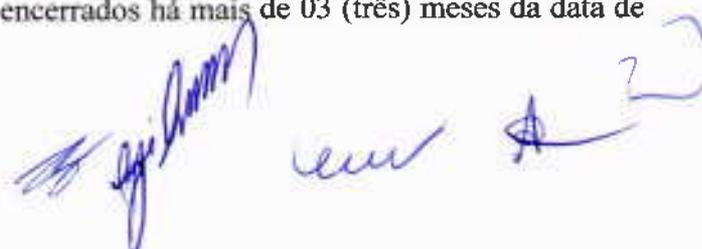
- 10.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 10.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.
- a) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão de regularidade de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), emitidas pela Receita Federal do Brasil na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;
- b) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;
- c) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal.
- 10.2.4. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação – CRS;
- 10.2.5. Prova de situação regular perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme Lei 12.440/2011.

10.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 10.3.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitido em papel timbrado do órgão emissor, de modo a comprovar que a licitante está fornecendo ou já forneceu os bens do objeto deste edital, bem como prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo nome e cargo exercido na entidade, estando às informações sujeitas à conferência pelo Pregoeiro ou quem este indicar. Os atestados deverão estar necessariamente em nome da licitante.
- 10.3.2. No atestado de capacidade técnica deverá estar descrito expressamente os itens cuja entrega foi realizada, sendo estes compatíveis com o Termo de Referência, conforme o caso
- 10.3.3. Poderá, facultativamente, vir acompanhado junto ao atestado de capacidade técnica para comprovação ao que dispõe o item 10.3.2, instrumento de termo contratual ou de nota fiscal respectiva ao qual o atestado faz vinculação;

10.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 10.4.1. **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis (DRE) do último exercício fiscal**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado na junta comercial da sede da licitante, acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial – constando ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acha transcrito, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá de assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado, devidamente assinado pelo contador responsável, sendo vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;



10.4.1.1. Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

a) **Sociedades empresariais em geral:** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis (DRE) do último exercício fiscal registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, acompanhados de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído.

b) **Sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº. 6.404/76:** registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia; ou, ainda, em jornal de grande circulação editado na localidade em que está a sede da companhia;

c) **Sociedades simples:** registrados no Registro Civil das Pessoas jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias.

d) **As empresas constituídas á menos de um ano:** deverão apresentar demonstrativo do Balanço de Abertura, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial do domicílio da Licitante, acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial assinado pelo sócio-gerente ou diretor e pelo contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

10.4.2. Entende-se que a expressão "na forma da lei" constante no item 10.4.1, no mínimo: balanço patrimonial e DRE, registro na Junta Comercial ou órgão competente, termos de abertura e encerramento).

10.4.3. As cópias deverão ser originárias do Livro Diário devidamente formalizado e registrado.

10.4.4. A empresa optante pelo *Sistema Público de Escrituração Digital - SPED* poderá apresentá-lo na "**forma da lei**".

10.4.5. Entende-se que a expressão "**na forma da lei**" constante no item 10.4.4. engloba, no mínimo:

a) Balanço Patrimonial;

b) DRE – Demonstração do Resultado do Exercício;

c) Termos de abertura e de encerramento;

d) Recibo de entrega de escrituração contábil digital (*Para efeito o que determina o Art. 2º do Decreto Nº 9.555, de 6 de novembro de 2018*);

OBS: A autenticação de livros contábeis das pessoas jurídicas não sujeitas ao Registro do Comércio, poderá ser feita pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped, instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, por meio da apresentação de escrituração contábil digital, na forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda. (Art. 1º do Decreto Nº 9.555, de 6 de novembro de 2018).

10.4.6. As cópias deverão ser originárias do Livro Diário constante do SPED.

10.4.7. A Escrituração Digital deverá estar de acordo com as Instruções Normativas (RFB nº 1420/2013 e RFB nº 1594) que tratam do *Sistema Público de Escrituração Digital – SPED*. Para maiores informações, verificar o site www.receita.gov.br, no link SPED. Ficando a exigência de apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício social, a ser apresentado no prazo que determina o art. 5º das Instruções Normativas da RFB, bem como

[Handwritten signatures and initials]

o que determina a Jurisprudência no Acórdão TCU nº 2.669/2013 de relatoria do Ministro Valmir Campelo.

10.4.8. Se necessária a atualização do balanço, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

10.4.9. Apresentar **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade;

10.4.10. *Fica dispensado da apresentação das exigências previstas nos itens 10.4.1 a 10.4.7 deste tópico a figura do Microempreendedor Individual (MEI), devendo comprovar e apresentar as demais exigências.*

10.5. OUTRAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO:

10.5.1. Declaração de que:

a) Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

b) Declaração de conhecimento de todos os parâmetros e elementos da discriminação dos produtos a serem ofertados e que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes no edital;

c) Declaração expressa de integral concordância com os termos do edital e seus anexos;

d) Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, (art.32, §2º, da Lei n.º 8.666/93);

e) Caso não seja declarado o prazo de validade da certidão, será considerada apenas a que tiver sido emitida no máximo até 30 (trinta) dias antes da data de início da disputa

10.5.2. Se o licitante for a **MATRIZ**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se for a **FILIAL**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

10.5.3. Caso o licitante pretenda que uma de suas filiais/matriz que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos.

10.6. OBSERVAÇÕES - DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) e os microempreendedores individuais (MEI);

10.6.1. Nos termos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06, as MEI, ME e EPP, deverão apresentar toda a documentação exigida no Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição com relação à regularidade fiscal e trabalhista:

a) Havendo alguma restrição com relação à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado as MEI, ME e EPP o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro, nos termos do § 1º, art. 43, do mesmo dispositivo na Lei Complementar nº. 123/2006, cujo termo inicial



corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

11. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

11.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

11.1.1. Valor unitário e valor total do item, bem como valor total do lote;

11.1.2. Marca;

11.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

11.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

11.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

12. DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA.

12.1. Conforme cláusula 5ª da minuta do contrato, mencionada neste termo de referência

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Conforme cláusula 8ª da minuta do contrato, mencionada neste termo de referência

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. Conforme cláusula 9ª da minuta do contrato, mencionada neste termo de referência

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Conforme cláusula 10ª da minuta do contrato, mencionada neste termo de referência

16. MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE
UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE
CRATEÚS, ATRAVES DA SECRETARIA DA
_____ E DO OUTRO LADO A
EMPRESA _____, PARA O FIM
QUE A SEGUIR SE DECLARA:



Pelo presente instrumento, o Município de Crateús - CE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.982.036/0001-67, com sede de sua Prefeitura Municipal na Rua Cel. Zezé 1141 - Centro - Crateús/CE, através da Secretaria da _____, neste ato representada pelo respectivo Secretário (a) Sr (a) _____, aqui denominada de CONTRATANTE, e do outro lado a Empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada pelo(a) Sr (a) _____, portador (a) do CPF/MF nº _____, apenas denominada de CONTRATADA, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

1.1. Processo de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico tombado sob o nº _____/_____, em conformidade com a Lei Federal Nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas, c/c os termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147 de 7 de Agosto de 2014, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de Setembro de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

2.1. Constitui objeto do presente contrato a SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRÁULICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CRATEÚS - CE, tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência, constante no Anexo I do edital e da proposta adjudicada.

2.2. O fornecimento será de forma parcelada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. O valor global da presente avença é de R\$ _____ (_____), a ser pago em conformidade com o fornecimento dos itens no período respectivo, de acordo com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais, todas atualizadas.

3.2. O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses do seu Pregão, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

3.3. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

2)

X

3.4. Independentemente de declaração expressa, fica subentendido que, no valor pago pelo contratante, estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1. O Contrato resultante da presente Licitação terá vigência a partir de sua assinatura, tendo validade até a entrega total dos bens, não podendo ultrapassar 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

5.1. Os produtos deverão ser entregues no prazo de 10 (dez) dias uteis, contados a partir do recebimento da ordem de compra emitida pela secretaria contratante, na forma, nos locais e horários definidos especificados na referida ordem de compra.

5.1.1. A entrega dos produtos deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos sistemas, recursos ou deslocamentos. Havendo necessidade de interrupção, esta deverá estar devidamente planejada e ser necessariamente aprovada pela Secretária, Ordenadora de Despesas.

5.1.2 Em nenhuma hipótese serão concedidas prorrogações de prazo

5.1.3. Por ocasião da entrega dos produtos, o fornecedor deverá apresentar recibo em 02(duas) vias, além das respectivas faturas e Nota Fiscal.

5.1.4. Para os produtos objetos deste termo contratual, deverá ser emitida Fatura e Nota Fiscal por Anexo em nome da Prefeitura Municipal de Crateús, com domicílio na Av. Cel Zezé, 1141- Bairro - Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.892.036/0001-67, para a entrega dos produtos, deverão ser atendidas as exigências do edital.

5.2 A fiscalização do Contrato será exercida por Servidor do município, designado pela Ordenadora de Despesa.

5.3 O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

5.4 A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o produto entregue, se em desacordo com os termos do Edital e do respectivo Contrato.

5.5 Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para a Contratante. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.6 Os produtos objeto da licitação não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho em relação a prazo de entrega, validade e qualidade do produto.

5.7. O produto que não atender às especificações deste termo contratual e que forem recusados pelo servidor responsável pelo recebimento no momento da entrega deverá ser substituído pelo fornecedor no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento



CLAUSULA SEXTA – DA ORIGEM DOS RECURSOS:

6.1. As despesas decorrentes das eventuais contratações que poderão advir desta licitação correrão a conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento, nas Dotação Orçamentária nº: _____, Elemento de Despesa: nº _____

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias do mês subsequente ao adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições deste termo contratual, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque nominal, de acordo com os valores contidos na proposta de preço do licitante vencedor.

7.2. A fatura constará os itens fornecidos no período, de acordo com o quantitativo efetivamente entregue

7.3. Na hipótese de antecipação ou atraso de pagamento, será devida a atualização monetária do valor faturado em 0,03%, sobre o valor da prestação vencida, por cada dia de atraso ou de antecipação.

7.4. Por ocasião da realização do fornecimento o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Crateús, com domicílio na Av. Cel Zezé, 1141- Bairro - Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.892.036/0001-67, acompanhado da seguinte documentação: acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do licitante vencedor, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Fornecer os produtos desse termo contratual até 31 de dezembro de 2021, de conformidade com as condições e prazos estabelecidos no Pregão, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;

8.2. Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;

8.4. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção do fornecimento, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

8.5. Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do CONTRATO, sem consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do CONTRATO;

8.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ ou irregularidades apontadas pela Contratante;

8.7. Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;



20




X

8.8. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem no FORNECIMENTO, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Pregão, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

9.3. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

9.4. Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

CLAUSULA DECIMA – DAS SANÇÕES:

10.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

10.2. A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I – Advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;

b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento das obrigações da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) de 1% (um por cento) sobre o valor contratual total, por dia de atraso na entrega do objeto ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;

b) de 2% (dois por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

c) de 5% (cinco por cento) do valor contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer produto rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Crateús prazo não superior a 2 (dois) anos;

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.3. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 5 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 10.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

10.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

10.5. As sanções previstas nos incisos III e IV do item 10.2 supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

I – Praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

II – Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;

III – sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

10.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.2 supra poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.7. A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

10.8. As sanções previstas no item 10.2 supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

11.1. Quaisquer alterações que venham a ocorrer neste instrumento serão efetuadas mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. A rescisão contratual poderá ser:

12.2. No caso de inexecução total ou parcial do contrato, o qual enseja sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei, nos termos do art. 77, ficam reconhecidos os direitos da administração, consoante art. 55, IX da Lei n. 8.666/93

12.3. Determinada por ato unilateral e escrita da CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

12.4. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

12.5. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

12.6. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA- DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

13.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo (a) o (a) Servidor (a) Sr (a). xxxxxxxxxxxx especialmente designado (a) pelo Secretário(a) Municipal de XXXXX, de acordo com o estabelecido no Art. 67 da Lei 8.666/93, doravante denominado (a) FISCAL DE CONTRATO.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1. A publicação do presente Contrato é de responsabilidade do CONTRATANTE e deverá ser efetivada por extrato, no órgão de imprensa oficial Municipal, como condição indispensável para sua eficácia, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLAUSULA DECIMA QUINTA- DO FORO:

15.1. O foro da Comarca de Crateús é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

15.2. Declaram as partes que este contrato correspondente á manifestação final, completa e exclusiva de acordo entre elas celebrado, assinado o presente contrato juntamente com as testemunhas firmadas. Crateús – CE.

CRATEÚS-CE, ___ de ___ de ___.

Secretário (a) Municipal de _____
CONTRATANTE

Razão Social
Representante Legal
CONTRATADO

Testemunhas:

1. NOME _____ CPF _____

2. NOME _____ CPF _____













ANEXO I AO CONTRATO – ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

PROCESSO:
CONTRATO Nº
EMPRESA:
CNPJ:
ENDEREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS	UND	MARCA	QNTD	VR. UNIT.	VR. TOTAL
Valor Total R\$ XXXX (XXXXXXXX)						

Crateús -- Ce, 04 de maio de 2021.


Francisca Anaysa Batista de Figueiredo
Secretária Municipal da Assistência Social


Agliu de Melo Nunes
Secretário Municipal da Infraestrutura


Thiago Viana Da Silva
Ordenador de Despesas da Secretaria da Saúde


Luiza Aurélla Costa dos Santos Teixeira
Secretária Municipal da Educação


Rogério Augusto Oriano
Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal
do Meio Ambiente


Davi Bezerra de Oliveira
Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal do
Planejamento e Gestão das Finanças

ANEXO II – MODELO PROPOSTA

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 007/2021 FG/SRP

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para a aquisição do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº 007/2021 FG/SRP acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total de acordo com o Anexo 01 do Edital.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Anexo 01, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.


FÁBIO GOMES OLIVEIRA
PREGOEIRO
CPF: 027.056.703-20
Partaria Nº 015.01.01/2021

ANEXO III

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL

Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica)	
Razão Social:	
Ramo de Atividade:	
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ:
Telefone Comercial:	Inscrição Estadual:
Representante Legal:	RG:
E-mail:	CPF:
Telefone Celular:	
WhatsApp:	
Resp. Financeiro:	
E-mail Financeiro:	Telefone:
E-mail para informativo de edital	
ME/EPP: () SIM () Não	

1. Por meio do presente Termo, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema de Pregão Eletrônico da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

i. Tomar conhecimento de, e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto no Estatuto Social e nas demais normas e regulamentos expedidos pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;

iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações

v. Pagar as taxas pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo III do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.


FÁBIO GOMES OLIVEIRA
PREGUEIRO
CPF: 027.056.703-20
Portaria Nº 015.01.01/2021



4. O Licitante autoriza a BLL – Bolsa de Licitações do Brasil a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo III do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

5. O presente Termo é por prazo indeterminado podendo ser rescindido, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios realizado e/ou em andamento.

O Licitante assume a responsabilidade de pagamento dos valores devidos até a data da última utilização do Sistema, e/ou até a conclusão dos negócios em andamento. Responsabilizando-se pelas informações prestadas neste Termo, notadamente as informações de cadastro, alterações contratuais e/ou de usuários do Sistema, devendo, ainda, informar a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil qualquer mudança ocorrida.

Local e data: _____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)


FÁBIO GOMES OLIVEIRA
PREGOEIRO
CPF: 027.066.703-20
Portaria Nº 015.01.01/2021

ANEXO III.1

**ANEXO AO TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES
DA BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL
INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA**

Razão Social do Licitante:	
CNPJ/CPF:	
Operadores	
1	Nome:
	CPF:
	Função:
	Telefone:
	Celular:
	Fax:
	E-mail:
	WhatsApp
2	Nome:
	CPF:
	Função:
	Telefone:
	Celular:
	Fax:
	E-mail:
	WhatsApp
3	Nome:
	CPF:
	Função:
	Telefone:
	Celular:
	Fax:
	E-mail:
	WhatsApp

O Licitante reconhece que:

I.A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;

II. O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;

III. A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil para o necessário bloqueio de acesso;

IV. O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento das taxas ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Local e data:

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)



FÁBIO GOMES OLIVEIRA
PREGOEIRO
CPF: 027.056.703-20
Portaria Nº 015.01.01/2021



ANEXO IV - CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA – SOMENTE PARA O FORNECEDOR VENCEDOR

Editais publicados pelo sistema de aquisição:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação – limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

Editais publicados pelo sistema de registro de preços:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento parcelado em parcelas mensais (equivalentes ao número de meses do registro) e sucessivas com emissão do boleto em 60(sessenta) dias após a adjudicação – com limitação do custo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

O não pagamento dos boletos acima mencionados sujeitam o usuário ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Em caso de cancelamento pelo órgão promotor (comprador) do pregão realizado na plataforma, o licitante vencedor receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo Lote cancelado.

DA UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS DE APOIO (CORRETORAS) ASSOCIADAS

A livre contratação de sociedades CÉLULAS DE APOIO (corretoras) para a representação junto ao sistema de PREGÕES, não exime o licitante do pagamento dos custos de uso do sistema da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil. A corretagem será pactuada entre os o licitante e a corretora de acordo com as regras usuais do mercado.

DAS RESPONSABILIDADES COMO LICITANTE/FORNECEDOR

Como Licitante/Fornecedor, concordamos e anuímos com todos termos contidos neste anexo e nos responsabilizamos por cumpri-lo integralmente em seus expressos termos.

Local e data:

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)


FÁBIO GOMES OLIVEIRA
PREGOEIRO
CPF: 027.068.703-20
Portaria Nº 015.01.01/2021



ANEXO V. a) DECLARAÇÃO INIDONEIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021 FG/SRP

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____, sediada.

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 007/2021 FG/SRP instaurada pela Prefeitura Municipal de _____, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.


FÁBIO GOMES OLIVEIRA
PREGUEIRO
CPF: 027.066.703-20
Portaria Nº 015.01.01/2021

ANEXO V.b) DECLARAÇÃO HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021 FG/SRP

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____, sediada

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.


FÁBIO GOMES OLIVEIRA
PREGOEIRO
CPF: 027.056.703-20
Portaria Nº 015.01.01/2021

**ANEXO V.c) DECLARAÇÃO MENOR DE IDADE;
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021 FG/SRP**

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____, sediada

(Endereço Completo).

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8666/93.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.

- 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.
- 2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.


FÁBIO GOMES OLIVEIRA
PREGOEIRO
CPF: 027.056.703-20
Preliminar Nº 015.01.01/2021

ANEXO V.d) DECLARAÇÃO ME/EPP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021 FG/SRP

DECLARAÇÃO

Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. (Na hipótese do licitante ser ME ou EPP)

(Nome da empresa), CNPJ / MF nº , sediada (endereço completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão , que estou (amos) sob o regime de ME/EPP , para efeito do disposto na LC 123/2006

Local e data

Nome e nº da cédula de identidade do declarante



FÁBIO GOMES OLIVEIRA
PREGOEIRO
CPF: 027.066.703-20
Portaria Nº 015.01.01/2021

ANEXO V.e) DECLARAÇÃO RESPONSABILIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021 FG/SRP

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital do Pregão Eletrônico nº 007/2021 FG/SRP da Prefeitura Municipal de _____, que a empresa.....tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

Local e data:

Assinatura e carimbo da empresa:


FABIO GOMES OLIVEIRA
PREGOEIRO
CPF 027.066.703-20
Portaria Nº 015.01.01/2021



ANEXO V. II) DECLARAÇÃO VÍNCULO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021 FG/SRP

DECLARAÇÃO

(Razão Social) _____

CNPJ/MF Nº _____

Sediada _____

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Eletrônico nº 007/2021 FG/SRP, instaurada pelo Município de _____, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Data _____

Local _____

Nome do declarante _____

RG _____

CPF _____

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.


FÁBIO GOMES OLIVEIRA
PREGOEIRO
CPF: 027.066.703-20
Portaria Nº 015.01.01/2021

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO Nº: _____.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATEÚS, ATRAVES DA SECRETARIA DA _____ E DO OUTRO LADO A EMPRESA _____, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

Pelo presente instrumento, o Município de Crateús - CE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.982.036/0001-67, com sede de sua Prefeitura Municipal na Rua Cel. Zezé 1141 - Centro - Crateús/CE, através da Secretaria da _____, neste ato representada pelo respectivo Secretário (a) Sr (a) _____, aqui denominada de CONTRATANTE, e do outro lado a Empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada pelo(a) Sr (a) _____, portador (a) do CPF/MF nº _____, apenas denominada de CONTRATADA, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

1.1. Processo de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico tombado sob o nº 007/2021 FG/SRP, em conformidade com a Lei Federal Nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas, c/c os termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147 de 7 de Agosto de 2014, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de Setembro de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

2.1. Constitui objeto do presente contrato a SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRÁULICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CRATEÚS – CE, tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência, constante no Anexo I do edital e da proposta adjudicada.

2.2. O fornecimento será de forma parcelada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. O valor global da presente avença é de R\$ _____ (_____), a ser pago em conformidade com o fornecimento dos itens no período respectivo, de acordo com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais, todas atualizadas.

3.2. O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses do seu Pregão, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.



3.3. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

3.4. Independentemente de declaração expressa, fica subentendido que, no valor pago pelo contratante, estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1. O Contrato resultante da presente Licitação terá vigência a partir de sua assinatura, tendo validade até a entrega total dos bens, não podendo ultrapassar 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

5.1. Os produtos deverão ser entregues no prazo de 10 (dez) dias uteis, contados a partir do recebimento da ordem de compra emitida pela secretaria contratante, na forma, nos locais e horários definidos especificados na referida ordem de compra.

5.1.1. A entrega dos produtos deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos sistemas, recursos ou deslocamentos. Havendo necessidade de interrupção, esta deverá estar devidamente planejada e ser necessariamente aprovada pela Secretária, Ordenadora de Despesas.

5.1.2 Em nenhuma hipótese serão concedidas prorrogações de prazo

5.1.3. Por ocasião da entrega dos produtos, o fornecedor deverá apresentar recibo em 02(duas) vias, além das respectivas faturas e Nota Fiscal.

5.1.4. Para os produtos objetos deste termo contratual, deverá ser emitida Fatura e Nota Fiscal por Anexo em nome da Prefeitura Municipal de Crateús, com domicílio na Av. Cel Zezé, 1141-Bairro - Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 07.892.036/0001-67, para a entrega dos produtos, deverão ser atendidas as exigências do edital.

5.2 A fiscalização do Contrato será exercida por Servidor do município, designado pela Ordenadora de Despesa.

5.3 O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

5.4 A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o produto entregue, se em desacordo com os termos do Edital e do respectivo Contrato.

5.5 Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para a Contratante. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.6 Os produtos objeto da licitação não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho em relação a prazo de entrega, validade e qualidade do produto.

5.7. O produto que não atender às especificações deste termo contratual e que forem recusados pelo servidor responsável pelo recebimento no momento da entrega deverá ser substituído pelo fornecedor no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento

CLAUSULA SEXTA – DA ORIGEM DOS RECURSOS:

6.1. As despesas decorrentes das eventuais contratações que poderão advir desta licitação correrão a conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento, nas Dotação Orçamentária nº: _____ . Elemento de Despesa: nº _____ .

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias do mês subsequente ao adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições deste termo contratual, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque nominal, de acordo com os valores contidos na proposta de preço do licitante vencedor.

7.2. A fatura constará os itens fornecidos no período, de acordo com o quantitativo efetivamente entregue

7.3. Na hipótese de antecipação ou atraso de pagamento, será devida a atualização monetária do valor faturado em 0,03%, sobre o valor da prestação vencida, por cada dia de atraso ou de antecipação.

7.4. Por ocasião da realização do fornecimento o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Crateús, com domicílio na Av. Cel Zezé, 1141- Bairro - Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.892.036/0001-67, acompanhado da seguinte documentação: acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do licitante vencedor, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Fornecer os produtos desse termo contratual *até 31 de dezembro de 2021*, de conformidade com as condições e prazos estabelecidos no Pregão, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;

8.2. Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;

8.4. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção do fornecimento, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

8.5. Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do CONTRATO, sem consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do CONTRATO;

8.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ ou irregularidades apontadas pela Contratante;

8.7. Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;

8.8. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem no FORNECIMENTO, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Pregão, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;



CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 9.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;
- 9.3. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 9.4. Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

CLAUSULA DECIMA – DAS SANÇÕES:

10.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

10.2. A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I – Advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
- b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento das obrigações da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

- a) de 1% (um por cento) sobre o valor contratual total, por dia de atraso na entrega do objeto ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;
- b) de 2% (dois por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- c) de 5% (cinco por cento) do valor contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer produto rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Crateús prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.3. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 5 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 10.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

10.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

10.5. As sanções previstas nos incisos III e IV do item 10.2 supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

I – Praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

II – Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;

III – sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

10.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.2 supra poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.7. A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

10.8. As sanções previstas no item 10.2 supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

11.1. Quaisquer alterações que venham a ocorrer neste instrumento serão efetuadas mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. A rescisão contratual poderá ser:

12.2. No caso de inexecução total ou parcial do contrato, o qual enseja sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei, nos termos do art. 77, ficam reconhecidos os direitos da administração, consoante art. 55, IX da Lei n. 8.666/93

12.3. Determinada por ato unilateral e escrita da CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

12.4. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

12.5. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

12.6. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA- DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

13.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo (a) o (a) Servidor (a) Sr (a). xxxxxxxxxxxx especialmente designado (a) pelo Secretário(a) Municipal de XXXXX, de acordo com o estabelecido no Art. 67 da Lei 8.666/93, doravante denominado (a) FISCAL DE CONTRATO.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1. A publicação do presente Contrato é de responsabilidade do CONTRATANTE e deverá ser efetivada por extrato, no órgão de imprensa oficial Municipal, como condição indispensável para sua eficácia, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLAUSULA DECIMA QUINTA- DO FORO:

15.1. O foro da Comarca de Crateús é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

15.2. Declaram as partes que este contrato correspondente á manifestação final, completa e exclusiva de acordo entre elas celebrado, assinado o presente contrato juntamente com as testemunhas firmadas. Crateús – CE.

CRATEÚS-CE, __ de __ de __.

Secretário (a) Municipal de _____
CONTRATANTE

Razão Social
Representante Legal
CONTRATADO

Testemunhas:

1. NOME _____

CPF _____

2. NOME _____

CPF _____


FÁBIO GOMES OLIVEIRA
PREGOEIRO
CPF: 027.066.703-20
Portaria Nº 015.01.01/2021



ANEXO I AO CONTRATO – ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

PROCESSO:
CONTRATO Nº
EMPRESA:
CNPJ:
ENDEREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS	UND	MARCA	QNTD	VR. UNIT.	VR. TOTAL


FÁBIO GOMES OLIVEIRA
PREGOEIRO
CPF: 027.066.703-20
Portaria Nº 015.01.01/2021

ANEXO VII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____/SRP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021 FG/SRP
VALIDADE DA ATA: 12 (DOZE) MESES

Aos....., na sede da Prefeitura Municipal de Crateús, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata da Sessão do Pregão Eletrônico nº 007/2021 FG/SRP, do respectivo resultado homologado, que vai assinada pelo titular da Secretaria da _____ – Sr (a). Gestor (ra) do Registro de Preços, e pelo (s) representante (s) legal(is) da(s) empresa(s) classificada(s) para o Registro de Preços, todos qualificados e relacionados ao final, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 – O presente instrumento fundamenta-se:

- a) No Pregão Eletrônico nº 007/2021 FG/SRP,
- b) No inciso II, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,
- c) E, nas demais normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,
- d) Na Lei. Nº 10.520 de 17 de julho de 2002,
- e) No Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 alterado pelo Decreto nº 9.488 de 30 de agosto de 2018,
- f) E demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. A presente Ata tem por objeto é a SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRÁULICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CRATEÚS – CE, e passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação, Mapa de Lances e Proposta(s) de Preço(s) apresentada(s) pelo(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo.

Subcláusula Única – Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas demandas estimadas, exclusivamente por seu intermédio, os produtos referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às detentoras do Registro de Preços, sendo-lhe assegurada a preferência do fornecimento dos bens, em igualdade de condições:

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de **12 (DOZE) MESES**, contado a partir da data da sua assinatura. No caso de ocorrer a entrega dos bens antes do final da vigência, fica a referida ata automaticamente expirada.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 – Caberá a Secretaria da Saúde, o gerenciamento deste instrumento, no seu aspecto operacional e nas questões legais.

FÁBIO GOMES OLIVEIRA
PREGOEIRO
CPF: 027.016.703-20
Portaria Nº 015.01.01/2021

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Em decorrência da publicação desta Ata, os participantes do SRP poderão firmar contratos com os fornecedores com preços registrados, devendo para tanto, adotar os seguintes procedimentos:

a) Emitir em 02 (duas) vias a Ordem de Compras, utilizando o SRP (Sistema de Registro de Preços), sendo a primeira enviada ao fornecedor e a segunda para arquivo do Órgão/Entidade contratante.

b) Comunicar ao Órgão Gestor a recusa para assinatura do Contrato ou o atraso do detentor de registro de preços, no prazo estabelecido na Ordem de Compras.

5.2. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da(s) empresa(s) beneficiária(s), desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei nº 10.520/2002, na Lei nº 8.666/93, no Decreto nº 7.892/2013 e demais normas em vigor e respectivas atualizações.

5.3 Os órgãos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

5.4 Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento dos bens decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

5.5 As contratações adicionais a que se refere o art. 22 do Decreto nº 7.892/2013, não poderão exceder, por órgão, a cinquenta por cento dos quantitativos dos quantitativos do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador. *(Conforme art. 1º § 3º do Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018).*

5.6 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. *(Conforme art. 1º § 4º do Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018)*

5.7 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.8 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

6.1 – Os signatários desta Ata de Registro de Preços assumem as obrigações e responsabilidades descritas a seguir:

Subcláusula Primeira– Competirá ao Órgão Gestor do Registro de Preços o controle e administração do SRP em especial:

I. Gerencia a Ata de Registro de Preços.

II. Providenciar, sempre que solicitada, a indicação do fornecedor detentor de preço registrado para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e aos quantitativos definidos nesta Ata.

III. Conduzir procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados.

IV. Aplicar as seguintes penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços:

- a) Advertência,
- b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou nesta Ata.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
- d) Cancelar o Registro de Preços do fornecedor detentor do preço registrado,
- e) Comunicar aos Órgãos Participantes do SRP a aplicação de penalidades ao fornecedor detentor de preços registrados.

Subcláusula Segunda – Caberá aos órgãos participantes:

I. Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive das alterações por ventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando do seu uso, o correto cumprimento de suas disposições.

II. Indicar o gestor do contrato, quando da necessidade de utilização desse instrumento, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, compete:

a) Promover consulta prévia junto ao Órgão Gestor do Registro de Preços, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os preços a serem praticados, encaminhando tempestivamente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

b) Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser precedida atende aos interesses da Administração Pública, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao Órgão Gestor do Registro de Preços eventual desvantagem quanto à sua utilização.

c) Zelar pelo cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e, em coordenação com o Órgão Gestor do Registro de Preços, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento dos compromissos assumidos.

d) Informar ao Órgão Gestor do Registro de Preços a recusa do fornecedor em realizar as contratações para o fornecimento dos bens, bem como o não atendimento às condições estabelecidas no Edital e firmadas na Ata de Registro de Preços, além das divergências relativas à entrega e às características do objeto licitado.

III. Para cada contratação, abrir processo numerado e instruído contendo:

- a) Certidão de Consulta à Ata de Registro de Preços.
- b) Comprovante de realização da Pesquisa de Mercado, caso decorrido mais de 180 (cento e oitenta) dias do último preço publicado para o item, nos termos do inciso anterior; e
- c) Posteriormente, uma via da Nota de Empenho, cópia da Ordem de Compras.

Subcláusula Terceira – O detentor do Registro de Preços, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços fica obrigado a:

a) Atender a todos os pedidos efetuados pelos Órgãos e Entidades participantes do SRP, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados na Ata, durante a sua vigência, mesmo que a entrega do objeto esteja prevista para a data posterior a do seu vencimento.

- b) Fornecer os produtos ofertados, por preços registrados, nas quantidades indicadas pelos participantes do Sistema de Registro de Preços, mediante formalização de contrato, no prazo estabelecido na Ordem de Compras.
- c) Responder no prazo de até 05 (cinco) dias a consulta do órgão Gestor de Registro de Preços sobre a pretensão de órgão/entidades não participantes de utilizar a Ata na condição de Órgão/Entidade interessado.
- d) Estar ciente que os produtos fornecidos estarão sujeitos à aceitação pelo Órgão receptor, ao qual caberá o direito de recusar caso não esteja de acordo com o especificado no Pregão Eletrônico nº 007/2021 FG/SRP, e seja um produto de qualidade inferior ao solicitado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados são os preços unitários ofertados no Pregão Eletrônico nº 007/2021 FG/SRP, Conforme Proposta de Adequação signatárias desta Ata, os quais estão relacionados, segundo a classificação de cada fornecedor, nos Mapas de Preços dos itens, correspondentes aos anexos desta ata e servirão de base para as futuras aquisições dos produtos observadas as condições de mercado.

CLÁUSULA OITAVA -DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Os preços registrados só poderão ser revistos nos casos previstos nesta Ata, no Edital de Pregão Eletrônico nº 007/2021 FG/SRP, e obedecendo ao seguinte:

- a) sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado, o Órgão Gestor convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço corrente, procedendo a respectiva alteração na Ata, caso haja a concordância do detentor do Registro de Preços. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, respeitados os contratos já firmados.
- b) Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, o Órgão Gestor poderá convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.
- c) Antes de firmar qualquer contratação, o fornecedor poderá solicitar a revisão dos preços registrados, mediante requerimento fundamentado, com apresentação de comprovantes e de planilhas detalhada do custo, que demonstrem que ele não pode cumprir as obrigações assumidas, em função da elevação dos custos do objeto, decorrentes de fatos supervenientes. O Órgão Gestor providenciará a alteração na Ata de Registro de Preços, caso acate o pedido ou, se indeferido, o licitante poderá ser liberado do compromisso assumido.
- d) Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se, no mínimo a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constantes da proposta do licitante e aquele vigente no mercado à época do registro.
- e) Serão considerados preços de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores ao Orçamento Básico apurado pela Administração.
- f) As alterações dos preços registrados oriundas da revisão dos mesmos serão comunicadas aos participantes e publicadas em jornal de grande circulação local.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, nas seguintes situações, além de outras previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº 007/2021 FG/SRP e em lei.

- a) Na hipótese de detentor de preços registrados descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços.
- b) Na hipótese de detentor de preços registrados recusar-se a firmar contrato com os participantes do SRP.
- c) Na hipótese de detentor de preços registrados não aceitar os preços registrados, quando estes se tornarem superiores aos de mercado.
- d) Nos casos em que o detentor do registro de preços ficar impedido ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração.
- e) E ainda, por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

Subcláusula Primeira – A comunicação do cancelamento do registro de preços, nos casos previstos nesta cláusula, será feita por correspondência com aviso de recebimento ou por publicação, juntando-se comprovante nos autos do processo que deu origem ao cancelamento.

Subcláusula Segunda – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita mediante publicação em jornal de grande circulação local, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o registro de preços a partir de 05 (cinco) dias úteis contados da última publicação.

Subcláusula Terceira – Fica assegurado o direito à defesa e ao contraditório nos casos de cancelamento de registro de preços de que trata esta Cláusula, sendo oferecido o prazo de 05 (cinco) dias úteis contado da ciência do cancelamento, para interposição do recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

10.1 Os fornecimentos dos bens que poderão advir desta Ata de Registro de Preços serão formalizados por meio de Ordem de Compra, emitida no Sistema de Registro de Preços.

Subcláusula Primeira – Caso o fornecedor não cumpra o prazo estabelecido na Ordem de Compra ou se recuse a fornecer os bens, terá o seu registro de preço cancelado, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei, nesta ata e no edital do Pregão Eletrônico nº 007/2021 FG/SRP.

Subcláusula Segunda – Neste caso, o Participante poderá, com a prévia autorização do Órgão Gestor convidar sucessivamente, por ordem de classificação, os demais licitantes, os quais ficarão sujeitos às mesmas condições previstas para o primeiro classificado.

Subcláusula Terceira – O fornecedor obriga-se a manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a vigência desta ata.

Subcláusula Quarta – O fornecedor será obrigado a atender os pedidos efetuados pelos Órgãos e Entidades participantes do SRP durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mesmo que o fornecimento dos bens objeto esteja prevista para data posterior à do vencimento da Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORNECIMENTO DO OBJETO LICITADO

11.1 Os prazos, as quantidades, a forma de entrega do objeto serão definidas na Ordem de Compras de cada participante do SRP.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

12.1 As despesas com as futuras aquisições dos bens da Ata de Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta de recursos do tesouro municipal ou outros, na dotação

orçamentária de cada Órgão/Entidade participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), a ser informada quando da emissão da Ordem de Compras.

Subcláusula Primeira – Após a confirmação dos valores, efetivamente devidos pelo Órgão Participante, este efetuará o pagamento em até 10 (dez) dias úteis contados da data do recebimento da Nota Fiscal, diretamente pela Secretaria Contratante, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque.

Subcláusula Segunda – Durante a vigência da ATA o licitante detentor do preço registrado deverá manter as condições de habilitação constantes do item HABILITAÇÃO do Edital do Pregão Eletrônico nº 007/2021 FG/SRP, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

Subcláusula Terceira – Fica vedada a antecipação de pagamento do objeto prestado, por força do que dispõe o § 2º, item III do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64.

Subcláusula Quarta – Os pagamentos estarão condicionados à apresentação da Nota Fiscal discriminativa, acompanhada da correspondente ordem de compras com o respectivo comprovante, devendo ser efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições, elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as normas vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Ficarão impedidos de licitar e de contratar com a Administração Pública, garantida o direito ao contraditório e à ampla defesa, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, além de ser descredenciado no cadastro de fornecedores do município, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Pregão Eletrônico nº 007/2021 FG/SRP, e das demais cominações legais, o licitante que:

- a) Deixar de entregar documentação exigida no edital.
- b) Apresentar documentação falsa.
- c) Ensejar o retardamento do fornecimento dos bens.
- d) Cometer fraude.
- e) Comportar-se de modo inidôneo.
- f) Fizer declaração falsa.
- g) Cometer fraude fiscal.

Subcláusula Primeira – Será aplicado ao licitante beneficiário da Ata de Registro de Preços, caso este se recuse a fornecer os bens do(s) objeto(s) a ele vinculado(s), dentro do prazo previsto, multa

correspondente a 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, calculada sobre o valor correspondente ao objeto não fornecido, até o limite de 10% (dez por cento) desse valor e o impedimento para licitar e contratar com Órgão/Entidades da Administração Pública por um período de até 05 (cinco) anos.

Subcláusula Segunda – As multas a que se refere esta cláusula serão cobradas diretamente do licitante beneficiário da Ata de Registro de Preços, administrativa ou judicialmente.

Subcláusula Terceira – Nenhuma penalidade será aplicada sem a concessão da oportunidade de defesa por parte do licitante, na forma da lei.

Subcláusula Quarta – As demais penalidades, advertência e declaração de inidoneidade, a que estarão sujeitos os licitantes da ata registro de preços, serão aquelas previstas no capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal Nº 8.666/93, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os Princípios Gerais de Direito.

14.2 Esta ata de Registro de Preços deverá ser publicada na imprensa Oficial do Município de Crateús ou por afixação em local de costume até o quinto dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 Fica eleito o foro da cidade de Crateús, para conhecer das questões relacionadas com a presente ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

Assinam esta ata, os Signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições.

SIGNATÁRIOS:

ORGÃOS GESTORES – SECRETARIAS _____

Ordenador da despesa Gerenciador do Registro de Preços ORGÃO GESTOR – SECRETARIA	_____
	CPF Nº

EMPRESA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS EMPRESA: CNPJ:	_____
	CPF Nº


FABIO GOMES OLIVEIRA
PREGOEIRO
CPF: 027.066.703-20
Portaria Nº 015.01.01/2021



**ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20XX.
RELAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS INTERESSADAS**

**1. SECRETARIA DE XXXXXXXX
SECRETÁRIO: XXXXXXXXXX**


FÁBIO GOMES OLIVEIRA
PREGOEIRO
CPF: 027.066.703-20
Portaria Nº 015.01.01/2021



ANEXO II À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20XX.

RELAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES COM PREÇOS REGISTRADOS

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE: FAX:

REPRESENTANTE: RG: CPF:

BANCO: AGÊNCIA: CONTA CORRENTE:


FÁBIO GOMES OLIVEIRA
PREGOEIRO
CPF: 027.086.703-20
Portaria Nº 015.01.01/2021



ANEXO III À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ___/___-

RELAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES COM PREÇOS REGISTRADOS PARA CADASTRO DE RESERVA

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE: FAX:

REPRESENTANTE:

RG:

CPF:

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE:

FÁBIO GOMES OLIVEIRA
PREGOEIRO
CPF: 027.066.703-20
Portaria Nº 015.01.01/2021



ANEXO IV À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

**REGISTRO DE PREÇOS UNITÁRIOS
ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS, QUANTITATIVOS**

DATA: ____/____/____

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº....., celebrada entre o Município de Crateús - Ceará e a Empresa cujos preços estão a seguir registrados, em face à realização do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 007/2021 FG/SRP.

LOTE						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS	UND	MARCA	QNT	VR. UNIT.	VR. TOTAL
VALOR TOTAL :						


FÁBIO GOMES OLIVEIRA
PREGOEIRO
CPF: 027.066.703-20
Portaria Nº 015.01.01/2021